

FLÁVIA BERTONI MAZZARO

**A TECNOLOGIA SOCIAL DE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS -
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI -
CAMPO GRANDE/MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

FLÁVIA BERTONI MAZZARO

**A TECNOLOGIA SOCIAL DE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS -
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI -
CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

Ficha Catalográfica

Mazzaro, Flávia Bertoni

M477 A tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS - na comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande/MS./ Flávia Bertoni Mazzaro; orientação Maria Augusta de Castilho. 2011
99 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Desenvolvimento Local 2. Negros - Comunidade - Campo Grande, MS 3 Ecologia agrícola 4. Agricultura familiar I.. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD - 307.098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS - na Comunidade Quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande/MS.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Defesa aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Prof^ª Dr^a Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Dedico este trabalho ao Professor Doutor
Eduardo de Oliveira Elias que, mesmo sem
saber, foi o responsável por tudo isso!

AGRADECIMENTOS

É com extrema gratidão que invoco todo o apoio moral e financeiro recebidos para dispensar os mais sinceros agradecimentos a meus pais, irmãos e esposo. Em verdade, sem esses incentivos, o projeto concluído com este trabalho não teria sequer começado.

Meus reconhecidos agradecimentos aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Local, os quais, ao partilharem seus conhecimentos, inspiraram uma nova visão de mundo, na qual cada um é o responsável imediato pelo próprio destino.

Agradecimentos especiais devem ser dispensados a minha querida professora doutora Maria Augusta de Castilho, que orientou esta pesquisa fornecendo o seu precioso conhecimento, tempo e material. Agradeço, sobretudo, pela inabalável paciência e pela demonstração de confiança, nunca duvidando da minha capacidade no cumprimento dos objetivos propostos.

Agradecimentos especiais, também, a minha chefe, Darlene Maria Gonçalves Batista Cavalcante, que soube compreender os meus diversos momentos de ausência.

Agradeço os servidores da Prefeitura Municipal de Campo Grande e do Ministério da Agricultura e os técnicos do SEBRAE que atenderam, com muita calma e presteza, as minhas inúmeras dúvidas.

Aos meus amigos Antonio João de Oliveira, Cláudia Matos, Christiane Marques Pitaluga, Julio Cesar Borges dos Santos, Marcelo Barbosa Martins, Maristela França, Mônica Cristina da Silva, Rejiane Platero, Silvia Santana e Tereza Sugako Kakazu pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis.

Agradeço a Deus pelo intelecto e pela saúde, que em momento algum da pesquisa, sobretudo nos mais tensos, me faltaram. Agradeço a Ele, também, por tê-la finalmente concluído, algo que, a título de observação, parecia em determinados instantes impossível. Por tudo isso - e por muito mais - Lhe sou grata!

“O homem é o princípio das ações”.
(Aristóteles, 384 a.C - 322 a.C.)

RESUMO

O estudo foi realizado em Campo Grande - MS, por um período de dois anos, tendo como área de concentração o desenvolvimento local em contexto de territorialidades, inserido na linha de pesquisa - desenvolvimento local: cultura, identidade, diversidade. O projeto teve a participação da comunidade quilombola local, além da pesquisadora, orientadora, agentes públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande e agentes do SEBRAE/MS. A pesquisa analisa a implantação da Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS na comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande-MS, voltada para as atividades vivenciadas na territorialidade espacial da referida localidade. No estudo destacam-se os seguintes objetivos específicos: a) avaliar a importância das potencialidades econômicas para o desenvolvimento da comunidade de ex-escravos, identificando o perfil e as motivações dos participantes da produção agrícola de orgânicos; b) verificar os fatores de convergência e divergência que existem na comunidade, na época da realização da pesquisa, principalmente na comercialização da produção. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de análises bibliográficas e entrevistas semi-estruturadas. O PAIS teve como premissa a valorização da cultura e identidade local, trazendo ao desenvolvimento humano e social, também o desenvolvimento econômico, mostrando nuances de desenvolvimento local. É importante ressaltar que a parceria governança *versus* comunidade pode possibilitar ao grupo social crescer ao ser capaz de se organizar para desenvolver suas atividades agrícolas orgânicas. A pesquisa também analisou a percepção dos produtores e da governança sobre a implantação do PAIS na comunidade quilombola, por meio de entrevistas estruturadas. Os resultados da pesquisa indicam que a segurança alimentar, objetivo principal do PAIS, tem sido satisfatoriamente alcançada e que, a despeito de algumas barreiras culturais e dificuldades de planejamento e produtividade, as potencialidades para o desenvolvimento local são reais.

Palavras-chave: Comunidade. Desenvolvimento local. Produção orgânica. Território.

ABSTRACT

The study was accomplished in Campo Grande - MS, during two years period. Its concentration area was based on the local development context of territoriality, which is part of the research line - local development: culture, identity and diversity. The project had the participation of local quilombola community, besides the researcher, counselor, and public officials of Campo Grande's City Hall and SEBRAE/MS agents. This research analyzes the implementation of the Social Technology Integrated and Sustainable Agroecological Production - ISAP in the quilombola community of Buriti Farmstead - Campo Grande-MS, focused on activities experienced in the space of territoriality of that locality. In the study we highlight the following specific objectives: a) evaluate the importance of economic potential for the development of the community of former slaves, identifying the profile and motivations of the participants of organic agricultural production, b) identify factors of convergence and divergence in the community at the time of completion research, mainly in production trading market. The survey data were collected through literature reviews and semi-structured interviews. ISAP was premised on the appreciation of local culture and identity, bringing to human and social development, also economic development, showing local development nuances. Importantly, the partnership between governance and community enable the social group grow as to be able to organize their activities to develop organic farming. The survey also examined the perceptions of producers and governance on the implementation of the ISAP in the quilombola community, through structured interviews. The results of the research indicate that food security, which is the main purpose of PAIS, has been satisfactorily achieved and that, despite some cultural barriers and difficulties in planning and productivity, there is real potential for local development.

Key words: Community. Local development. Organic production. Territory.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	- Projeto PAIS.....	53
Foto 2	- Viveiro de mudas	53
Foto 3	- Compostagem.....	53
Foto 4	- Irrigação por gotejamento	53
Foto 5	- Início da implantação do PAIS na comunidade Chácara do Buriti - maio de 2008.....	55
Foto 6	- Produtor da Chácara do Buriti - dezembro de 2009.....	56
Foto 7	- Início da implantação do PAIS na comunidade Chácara do Buriti - junho de 2009.....	56
Foto 8	- Horta da Chácara do Buriti quase pronta para a colheita - julho de 2009.....	57
Foto 9	- Reunião de técnicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande com o idealizador do Projeto PAIS - Aly Ndiaye, na comunidade Chácara do Buriti - setembro de 2009	57
Foto 10	- Reunião de técnicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande com o idealizador do Projeto PAIS - Aly Ndiaye, na comunidade Chácara do Buriti - setembro de 2009	57
Foto 11	- Comercialização dos produtos na Praça do Rádio Clube - novembro de 2009	59
Foto 12	- Comercialização dos produtos na Praça do Rádio Clube - novembro de 2009	59
Foto 13	- Comercialização dos produtos no Paço Municipal de Campo Grande - agosto de 2010.	60
Foto 14	- Comercialização dos produtos no Paço Municipal de Campo Grande - agosto de 2010.	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de comunitários que vivem apenas da produção de orgânicos.....	70
Gráfico 2 - Preço (mensal) dos produtos vendidos nas feiras.	71
Gráfico 3 - Custo mensal da produção	71
Gráfico 4 - Idade dos participantes PAIS da comunidade Chácara do Buriti (2010)	74
Gráfico 5 - Sexo dos participantes PAIS da comunidade Chácara do Buriti (2010)	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade quilombola Chácara do Buriti.....	41
Figura 2 - Imagem satélite de localização da comunidade quilombola Chácara do Buriti - Localização das áreas reivindicadas.....	46
Figura 3 - Ciclo produtivo da tecnologia social PAIS	51
Figura 4 - Projetos PAIS no município de Campo Grande.....	54
Figura 5 - Produtos orgânicos da Chácara do Buriti (2010)	58
Figura 6 - Selo oficial do SISORG (2010).....	64
Figura 7 - Potencialidades e fatores que impedem o desenvolvimento local	78
Figura 8 - Potencialidades de desenvolvimento local na Comunidade Chácara do Buriti	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ASPECTOS SOBRE O EMBASAMENTO TEÓRICO.....	16
1.1 ESPAÇO	16
1.2 TERRITÓRIO.....	18
1.3 TERRITORIALIDADE.....	21
1.4 COMUNIDADE	22
1.5 SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	25
1.6 GOVERNANÇA.....	27
1.7 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL.....	29
1.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	33
2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI.....	39
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	39
2.2 ATIVIDADES PRODUTIVAS DA COMUNIDADE.....	48
3 A TECNOLOGIA SOCIAL DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS - NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PAIS	49
3.2 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI.....	54
3.3 O CULTIVO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI.....	58

4A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES E DA GOVERNANÇA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICES	92

INTRODUÇÃO

Os quilombos, que na língua banto significam “povoação”, funcionavam como núcleos habitacionais e comerciais, além de local de resistência à escravidão, já que abrigavam escravos fugidos de fazendas. No Brasil, o mais famoso deles foi Palmares.

Estima-se que 2 milhões de pessoas vivam nestas comunidades organizadas para garantir o direito à propriedade da terra (IBGE, 2000). Segundo a Fundação Cultural Palmares, do Governo Federal, que confere o certificado de identificação e reconhecimento às comunidades quilombolas, os habitantes remanescentes dos quilombos preservam o meio ambiente e respeitam o local onde vivem, mas sofrem constantes ameaças de expropriação e invasão das terras por inimigos que cobiçam as riquezas existentes em recursos naturais, fertilidade do solo e qualidade da madeira. Nessas condições, a comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande - MS, de acordo com o Diário de 19 de agosto de 2005, recebeu o registro de posse, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão responsável pela regularização fundiária das terras dos remanescentes de quilombo.

O Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS - é um modelo de tecnologia social¹ de manejo simples dos recursos naturais para a produção de alimentos orgânicos de modo integrado e sustentável. Foi idealizado, em 1999, pelo senegalês Aly Ndiaye para atender pequenos produtores do município de Brejal, Petrópolis. O PAIS utiliza instrumentos, técnicas e processos de baixo custo para a implantação de hortas em formato de mandalas, irrigadas por gotejamento. No centro da horta é construído um galinheiro que produz o esterco usado como adubo para as plantas, e a sobra do plantio serve como alimento para as aves.

¹ Tecnologia Social - compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Disponível em: <<http://www.tecnologiasocial.org.br/bts/publicador.do?op=noticia&codigoNoticia=1&codigoTipoTexto=2>>. Acesso em 17 jul 2010.

Para fortalecer e ampliar as ações de segurança alimentar nas regiões brasileiras que possuem os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, tem aplicado o Projeto PAIS em vários municípios do país (MDS, 2010). Na cidade de Campo Grande-MS, a parceria para a implantação do PAIS foi firmada entre a Fundação Banco do Brasil - FBB, a Prefeitura Municipal e o SEBRAE/MS.

O sistema produtivo do Projeto PAIS é considerado agroecológico porque dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agrotóxicos, queimadas e desmatamentos. É integrado porque alia a criação de animais com a produção vegetal e ainda utiliza insumos da propriedade em todo o processo produtivo. É considerado sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água; incentiva a associação de produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos.

A tecnologia social PAIS pode ser utilizada por agricultores familiares, acampados e pré-assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas, entre outros.

O modelo aponta para um conjunto de situações em que os agricultores familiares desenvolvem suas atividades de forma sustentável, buscando: estimular a agricultura orgânica² por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; apoiar o correto manejo dos recursos naturais; incentivar a diversificação da produção; evitar o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor.

A construção das unidades PAIS é realizada via de convênios firmados com os governos estaduais por meio de edital público. O Projeto é financiado pela Fundação Banco do Brasil - FBB, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional - MDS e pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e executado pelas Prefeituras Municipais.

Diante da proposta, a comunidade quilombola pesquisada inseriu-se no PAIS e tem desenvolvido atividades voltadas para a produção agrícola de orgânicos.

² Agricultura Orgânica: é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente. Sempre que possível baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças. Busca manter a estrutura e produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/historia.asp>>. Acesso em: 24 dez 2010.

O trabalho objetivou verificar os fatores de convergência e divergência que existem na comunidade, principalmente na comercialização da produção. O trabalho teve como questão norteadora a percepção da população local e governança sobre a implantação do PAIS na Chácara do Buriti pelos quilombolas. Assim como analisou a percepção dos produtores e da governança sobre a implantação do PAIS na comunidade quilombola.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e consequente alcance dos objetivos segue a relação constante entre teoria e prática. Assim, a pesquisa desenvolveu a abordagem quali-quantitativa, pois envolve aspectos qualitativos e quantitativos, dando, todavia, ênfase aos aspectos qualitativos, utilizando-se para tanto, o método analítico para compreender como os aspectos do objeto da pesquisa se articulam entre si.

Portanto, a pesquisa é do tipo exploratória, buscando-se obter maiores informações sobre a comunidade e suas atividades. Segundo Dencker (1998, p. 124), a pesquisa exploratória “caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo, em geral, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”. Em relação à participação do pesquisador é do tipo empírico-analítica, pois em conformidade com o que enfatiza Marques *et al.* (2006, p. 54), “é um tipo de pesquisa em que o pesquisador mantém distância estratégica do objeto de pesquisa, buscando o quanto possível não se envolver subjetivamente com as variáveis intervenientes”.

Quanto à coleta de dados, o trabalho dividiu-se em dois momentos: pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Para a pesquisa de campo utilizou-se a técnica de entrevistas estruturadas (ver Apêndices A e B) entre os membros da comunidade e membros da governança local. A revisão bibliográfica foi feita mediante consulta em livros, revistas, documentos e artigos pertinentes ao tema.

Esta dissertação compõe-se de quatro capítulos, para proporcionar um melhor entendimento das relações entre as informações bibliográficas e os fatos apresentados, e ainda, facilitar a análise da consistência das informações e dos dados proporcionados pelos autores, a saber: O capítulo 1 destaca os aspectos sobre o embasamento teórico; o capítulo 2 contempla a comunidade quilombola Chácara do Buriti; o capítulo 3 apresenta o Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS na comunidade quilombola Chácara do Buriti e o capítulo 4 destaca a percepção dos produtores e da governança sobre a implantação do PAIS na comunidade e logo seguem as considerações finais da pesquisa e as referências utilizadas para o embasamento teórico.

1 ASPECTOS SOBRE O EMBASAMENTO TEÓRICO

Para fundamentar a presente pesquisa foram consultados diversos autores, cujos trabalhos abordam temas fundamentais para o embasamento do estudo, especialmente no que se refere a conceitos e ideias sobre comunidade e sentimento de pertença, capital humano e social e desenvolvimento local.

1.1 ESPAÇO

Ao longo de sua trajetória histórica, o homem vem tentando dar sentido às coisas. Na busca incansável pela compreensão, ele analisa e reflete sobre fenômenos sociais, culturais, naturais, entre outros, e conceitua o ambiente que o cerca.

Inventada na Renascença, a cartografia moderna, que resulta da combinação de três elementos: superfície, reta e ponto -, foi utilizada como um instrumento de grande poder e possibilitou ao homem formular melhor as imagens e as representações do espaço vivido (RAFFESTIN, 1993).

A percepção de espaço é condição para a vida humana. Todavia, a construção do mapa mental de espaço é necessária à sobrevivência biológica não apenas do homem, como também dos animais, e se manifesta por instinto, sendo desenvolvida em vários graus de acuidade nas diferentes espécies, e entre as diferentes sociedades do mundo (TUAN, 1976).

O ser humano se comunica e apreende o seu espaço num processo interativo, em que as informações são coletadas com a ajuda de seu corpo biológico e organizadas através de suas aptidões mentais. Assim, graças às faculdades que lhe são inerentes, o homem apresenta, além do comportamento geográfico, sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar, que o distingue do restante do mundo animal (IBIDEM).

O espaço é, portanto, o meio pelo qual as relações entre os homens e dos homens com a natureza acontecem e, ao mesmo tempo, é o fator que interfere nas mesmas relações que o constituíram.

Um dos autores pioneiros em conceituar o espaço geográfico foi Claude Raffestin, para quem o espaço foi definido como um substrato, pré-existente ao território. Nas palavras desse autor:

O espaço é, de certa forma, dado como se fosse uma matéria prima. Preexiste a qualquer ação. Local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Acerca dessa concepção, o território, por vezes descrito como o próprio espaço, seria, na realidade, uma produção a partir dele (IBIDEM).

Para Santos (1999, p. 51) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Dessa maneira, a definição varia de acordo com a natureza dos objetos e a natureza das ações surgidas em cada tempo histórico.

São quatro os níveis espaciais pertinentes de análise de acordo com Georges Benko (2001): o mundial, o supra-nacional (blocos econômicos), o nacional (estados-nação) e o regional (local ou infranacional). Cada nível espacial deve ser analisado de acordo com o tempo histórico. Benko avalia que o mundo contemporâneo, mundializado, está provocando o que ele chamou de “deslizamento de escala”.

Trata-se de uma recomposição dos espaços: os espaços clássicos - nos quais os sistemas econômico, social e político evoluíram praticamente ao longo de todo o século - estão se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo. O planeta globalizado, dotado de maior interdependência entre os níveis espaciais, com uma economia mundializada, sustentada por tecnologias que adensam e dão maior agilidade às informações, assim como produzem maior velocidade aos transportes, têm modificado as nossas relações ao espaço (BENKO, 2001, p. 7).

Nesse mesmo diapasão, Dowbor (2002) avalia que a globalização está provocando uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, em que competem, contraditoriamente, forças globais de um lado, como a formação de mega blocos regionais, a

fragilização do Estado-nação e o surgimento de espaços subnacionais fragmentados. Por outro lado, a importância de se restabelecer o papel das metrópoles e dos espaços comunitários.

Vale ressaltar, porém, que não há espaços globais e, sim, espaços da globalização. As circunstâncias sob as quais se vive atualmente são, em sua maioria, ordenadas por decisões tomadas em âmbito global, ao passo que as instituições que legitimam a participação cívica, “permanecem, em seu conjunto, presas ao chão; elas são, tal como antes, locais” (BAUMAN, 2004, p. 122).

Assim, a globalização pressupõe em última análise o espaço local. Para Santos (2005, p. 3) trata-se do “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”.

Preocupados com a catástrofe ambiental anunciada por cientistas e ambientalistas, assuntos sobre o meio ambiente e a sustentabilidade passaram a ser prioridade na agenda internacional dos países. É no espaço mundial que acordos de cooperação ambiental são assinados, porém, é no espaço local que as medidas efetivamente surtem ou não efeitos.

A iniciativa do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS - fundamentada na melhoria da qualidade de vida de pequenas comunidades por meio da agricultura orgânica, exemplifica o forte elo entre as urgências e metas constituídas em âmbito global e as ações angariadas em espaços locais.

1.2 TERRITÓRIO

Em se tratando de um grupo tradicional, assentado em base territorial bem definida, a comunidade Chácara do Buriti apresenta todas as variâncias que a palavra território pode abarcar.

O conceito de território tem apresentado variações ao longo da história, sendo amplo por percorrer caminhos como a política, a biologia, as relações com as redes e as relações de poder, entre outros.

Ratzel (1990) definiu o território em termos de recursos naturais, isto é, como sinônimo de solo, uma determinada porção da superfície terrestre em que um grupo de pessoas se instala.

Saquet (2005) procurou demonstrar a interdependência entre espaço e território, afirmando que ambos estão indissociavelmente atrelados.

Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial. Há um processo de territorialização, paradoxalmente, com perdas e reconstruções incessantes, com formas e ações, decisões, desejos, etc., intimamente conectado à materialização espacial da sociedade e à dinâmica da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2005, p. 49).

Souza (2009, p. 59) assinala que “o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* - e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. Além do poder, o referido autor ressalta que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades) e a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) são determinantes para a conceituação de território.

Neste mesmo sentido, Raffestin (1993) afirma que o homem territorializa o espaço a partir do momento que dele se apodera, concreta ou abstratamente. Dessa maneira, entende o território como sendo um espaço apropriado e produzido, utilizado, portanto, para um determinado fim, onde se realiza um trabalho e onde as relações de poder se manifestam. Assim, o espaço precede o território; este por sua vez, se concretiza somente a partir das interações sociais.

Essa concepção dá ênfase aos atores sociais que agem sobre o território, já que são eles os que o constituem histórica, econômica, política e culturalmente.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

As imbricadas relações sociais formam, continuamente, diversos recortes territoriais que fazem com que o mundo pareça ser uma colcha de retalhos. Entre o local e o global, estabelecem-se unidades territoriais em várias escalas de organização e de diversas

naturezas (política, econômica, cultural, religiosa, entre outras), constituindo os sistemas territoriais.

Tais sistemas territoriais são estruturados de forma multidimensional e multiescalar. Cada unidade constituída em determinada dimensão da realidade - seja econômica, social, política, cultural, do ambiente natural - ou escala da hierarquia dessa ordem social - seja local, regional, estadual, nacional - constitui uma totalidade do sistema territorial, sendo regida por formas e normas próprias (LE BOURLEGAT, s/d).

Dessa maneira, cada comunidade forma um território, sendo um país, na realidade, constituído por múltiplos territórios que coexistem e que estão coligados por uma denominada unidade nacional.

Esses vários territórios formam o sistema territorial, que se produz de forma objetiva e subjetiva. Objetivamente, o território “em si” ocupa um espaço na superfície terrestre, com configuração e dinâmica própria. Subjetivamente, o território se constrói “para si”, à medida que ocorre por processos de sociabilidade e interação entre o sujeito e o mundo.

Cada território se caracteriza pela diversidade de visões e interesses, onde ocorrem cisões, desavenças, articulações, negociações e entendimentos. O território é, portanto, fundamentalmente, um espaço delimitado por relações de força e poder.

Desse modo, trata-se, de estudar não somente o território em si, mas também o território vivido e usado, como enfatiza Santos (2002, p. 10):

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como *território usado*, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, sobre as quais ele influi.

Logo, o território compreende um conjunto de variáveis incorporado por uma população. Um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana. É importante, portanto, “que a sociedade exerça permanentemente um diálogo com o território usado, em que ressalte as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento presente” (SANTOS, 2009, p. 26).

O território é uma fração do espaço geográfico, no qual grupos sociais se estabelecem e, ao mesmo tempo, é o meio pelo qual são construídas as relações de territorialidades entre os indivíduos.

1.3 TERRITORIALIDADE

Culturalmente fechada em si mesma, a comunidade Chácara do Buriti apresenta peculiaridades nas suas ações cotidianas, próprias da territorialidade que construíram.

A territorialidade refere-se à maneira que cada indivíduo e cada coletividade se expressa por meio da vivência do dia-a-dia, estabelecendo relações afetivas e estratégicas com seu ambiente de vida, tanto no indivíduo quanto na coletividade.

Dessa maneira, representa o modo como os laços são formados entre um indivíduo ou um grupo social com “um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo, ligado à percepção” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 321).

Para Souza (1995, p. 99), a territorialidade é “certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”.

A territorialidade é a manifestação do conjunto de relações estabelecidas entre o sujeito e o território vivido e provém de relações constituídas em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, manifestando-se nas múltiplas escalas espaciais e sociais; “é a face vivida e a face agida do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Assim, o território não tem o seu significado apenas na sua materialidade visível e mensurável, e sim, no conjunto de relações que mantêm com os elementos da vida social (ALMEIDA, 2009, p. 186).

Cada território, de acordo com Saquet e Spósito (2009), resulta das múltiplas territorialidades produzidas historicamente pelas relações sociais simétricas e assimétricas. Nas palavras desses autores:

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente (SAQUET; SPÓSITO, 2009, p. 87).

As territorialidades são as sensações absorvidas das relações sociais, são constructos simbólicos frutos das interações humanas e, portanto, produzem e, ao mesmo tempo, são produtos dos territórios em que essas relações ocorrem. São dinâmicas e estão ligadas à temporalidade, ao cotidiano e ao lugar, influenciadas por aspectos políticos, econômicos e ambientais, mas manifestam-se na cultura e no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e agrupamentos sociais (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

A identidade individual ou coletiva surge do reconhecimento e da valorização das territorialidades, já que estas servem de anteparo para a construção das identidades.

Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET; SPÓSITO, 2009, p. 88).

Não obstante, vale ressaltar que apesar de cada território ter uma territorialidade, o inverso nem sempre é verdadeiro. Haesbaert (2009) adverte para esse fato citando o exemplo da “terra prometida” dos judeus, em que a referência que tinham com o espaço simbólico não correspondia a um território em seu sentido material.

Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de qualidade ou condição de ser território quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade - ou, se quisermos também aqui, espacialidade - possui um território (no sentido de sua efetiva realização material) (HAESBAERT, 2009, p. 106).

No que se refere à comunidade Chácara do Buriti, essa questão é especialmente verdadeira. Alguns descendentes mudaram-se do quilombo, mas mantêm fortes vínculos com aquele lugar e seu modo de vida.

1.4 COMUNIDADE

O homem é, por natureza, um ser gregário e relacional, avesso, portanto, ao insulamento. Desde os primórdios da humanidade, percebeu o homem que a sobrevivência num mundo tão hostil só seria possível por meio de agrupamento de pessoas e por parcerias entre elas. Essas relações, mais tarde, deram origem às primeiras comunidades, como, por exemplo, a comunidade quilombola Chácara do Buriti.

De maneira bastante simplificada, pode-se conceituar comunidade como sendo um “conjunto articulado de grupos sociais num espaço determinado” (BRAVO, s/d, p. 22).

No entendimento do sociólogo alemão Max Weber (1987, p. 77), a comunidade é:

[...] uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Para compreender a natureza humana, portanto, deve-se levar em consideração não apenas as dimensões físicas e psicológicas que o compõem, como também suas manifestações sociais e culturais, conforme esclarece Capra (1982, p. 291):

Os seres humanos evoluíram como animais e seres sociais e não podem conservar-se física ou mentalmente bem se não permanecerem em contato com outros seres humanos. Mais do que qualquer outra espécie social, dedicamo-nos ao pensamento coletivo e, assim procedendo, criamos um mundo de cultura e de valores que é parte integrante do nosso meio ambiente natural. Assim, as características biológicas e culturais da natureza humana não podem ser separadas.

Sintetiza o mesmo autor, ao constatar que a evolução humana progride através de uma interação dos mundos interno e externo, dos indivíduos e das sociedades, da natureza e da cultura.

Em um circuito de retroalimentação, cada homem ajuda a construir a comunidade que o constrói. Durkheim (1999) identificou formas padronizadas de conduta e pensamento no interior de qualquer grupo humano, como parte da “consciência coletiva”. Igualmente, Koellreutter (*apud* LE BOURLEGAT, 2009, p. 2), tentou abstrair níveis de conscientização, ao que concluiu que o homem percebe-se primeiramente como ser coletivo, no mundo subjetivo - no seio de uma comunidade definida, para só depois, afirmar-se individualmente no mundo objetivo e subjetivo - “como seres auto-organizados - numa realidade planetária imprecisa e paradoxal”.

Assim, “o indivíduo, como agente racional humano, define-se substantivamente como um ser para cuja existência, para cujo sentido de ser, é indispensável vincular a consciência do todo (do grupo, da sociedade) com a consciência de si” (MARTINS, 2008, p. 32).

Desse modo, uma comunidade é composta por uma associação orgânica de personalidades, as quais, por sua vez, se estabelecem amiúde por meio da percepção da alteridade presente nas relações com os outros (BUBBER, 2008).

As comunidades, diferentemente de simples agrupamento, favorecem relações em grupo em que predominam contatos primários, participação ativa em questões de interesse comum, ideia de permanência, bem como de interdependência e sentimento de compartilhamento.

Esses sentimentos que formam os parentescos e revelam as raízes e peculiaridades de cada um, não podem ser exercitados completamente, a não ser em comunidade, ou a partir dela. “Toda vida nasce de comunidades e aspira a comunidades” (BUBBER, 2008, p. 34), sendo, portanto, fim e fonte de vida.

Oportunamente, Palácios (1998) sintetiza o termo comunidade ao enumerar os elementos que a caracterizariam: o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência, a ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo, emergência de um projeto comum e a existência de formas próprias de comunicação.

Ferdinand Tönnies, em seu famoso livro *Gemeinschaft und Gesellschaft* discorre sobre a contraposição de dois tipos de mundo: de um lado, um mundo agrário, enraizado em antigas tradições medievais, e, de outro, o mundo do comércio, dos centros urbanos, em constante mudança, um mundo cuja principal preocupação é o lucro (BUBBER, 2008).

O primeiro mundo refere-se à comunidade - *Gemeinschaft*, a qual reflete uma vida genuína e duradoura, vivida em conjunto. O segundo mundo, em oposição ao primeiro, descreve a sociedade - *Gesellschaft*, que seria uma coisa transitória e superficial, um agrupamento mecânico e artificial.

Em suma, a teoria da *Gesellschaft* tem o seu ponto de partida na consideração de um grupo de pessoas que, tal como numa *Gemeinschaft*, vive pacificamente lado a lado; mas neste caso, sem ser essencialmente unidos - de fato, pelo contrário, eles são essencialmente separados. Numa *Gemeinschaft*, eles ficam unidos, apesar de todas as coisas que os separam o relacionamento primário é mais forte do que a vontade individual (BUBBER, 2008).

Em linhas gerais, as comunidades (*stricto sensu*) podem ser vistas de maneira mais individualizantes, com laços emocionais latentes por fazerem parte de uma “grande

família” - laços culturais mais estreitos, bem como mesmas dificuldades cotidianamente enfrentadas - em detrimento das sociedades (comunidades *lato sensu*), assim definidas a partir da coesão social adquirida por meio de controle externo compreendido nos limites territoriais de um país (ÁVILA, 2000).

Por último, Bravo (s/d) esclarece que, embora uma comunidade habitualmente se estabeleça assentada em bases territoriais, há aquelas que prescindem de um território fixo, a exemplo dos nômades ciganos que não se prendem a um território geográfico definido, mas ocupam um espaço a cada acampamento que armam.

No mundo hodierno, em que a comunicação propicia um estreitamente de contatos virtuais, o indivíduo pode escolher as comunidades que quer fazer parte, ainda que o sentimento de pertencer ao local em que nasceu e foi criado o influencie, provavelmente, para sempre, como, por exemplo, o sentimento de pertença experimentado por alguns remanescentes de quilombo que se mudaram da Chácara do Buriti.

1.5 SENTIMENTO DE PERTENÇA

Uma comunidade busca seu fundamento em laços pessoais afetivos e de reconhecimento mútuo, onde se constroem objetivos e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam pertencentes a um lugar específico. Esse lugar vivido, dotado de significado e simbolismo, além de ser um espaço percebido, é também um espaço sentido, por referenciar elementos importantes, especiais para toda a existência de uma pessoa.

Trata-se, assim, do sentimento de pertença, fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito, compromisso e coesão com o meio social e natural em que se vive.

Tuan (1980, p. 5) conceitua topofilia como sendo “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico - difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”.

Desse modo, o conceito de topofilia está intimamente relacionado ao sentimento de pertença, inspirado pela percepção de que um indivíduo faz parte do todo, à medida que,

inserido em uma territorialidade, onde mantém permanente relação social, ele coopera com os outros membros de sua comunidade em busca de um propósito comum.

No entendimento de Valle (2002), o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual é parte ou se torne membro, fazendo com que ele se sinta e aja como participante pleno, sobretudo, no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores.

Na concepção de Bauman, (2004, p. 125):

A experiência humana é formada e compilada, a partilha da vida é administrada, seu significado é concebido, absorvido e negociado em torno de lugares. E é nos lugares e a partir deles que os impulsos e os desejos humanos são gerados e incubados, que vivem na esperança de se realizarem, que se arriscam a se frustrar e, na verdade, com muita frequência, se frustram.

Sentimento de pertença é sentimento de pertencimento ao território vivido, percebido como “seu” ambiente. Está relacionado ao vínculo e à proximidade com o local de origem. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo forma e é formado, planeja, edifica, modifica, e se sente parte do lugar, ao mesmo tempo em que o toma como seu. Trata-se, assim, de um sentimento subjetivo, fenomenológico, construído na consciência.

A subjetividade desse sentimento o impede de ser externado com facilidade, já que é parte do íntimo de uma pessoa e, de tal maneira, imperceptível para quem o sente. Tuan (1980, p. 107) pondera que “os sentimentos que temos em relação ao lugar são difíceis de expressar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”.

Nesse caso, o lugar se apresenta como um mundo individual e particular de quem nele vive e compartilha a vida com outros. Cada lugar é um mundo de existência coletiva, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Nas palavras de Le Bourlegat (2000, p. 18) “é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões”.

Cacciari e Martini (2003, p. 30) relembram que “é na vida cotidiana, nas relações da vida de cada dia, além das ideologias e das funções de cada indivíduo que, antes de mais nada, desdobra-se a solidariedade”.

No entanto, Tuan (1980, p. 249) esclarece que embora o sentimento pelo lugar seja influenciado pela disponibilidade dos laços interpessoais - imediato e empático, não depende completamente da rede social.

Ao longo da existência, as pessoas tomam para si elementos do espaço que adquirem um significado especial em suas vidas. Desse modo, permeado ou não por ligações sociais, desde que evoque um sentimento de bem-estar, pode ser a rua, a praça, o condomínio, um casebre, a escola, uma esquina, um riacho, uma árvore, entre tantos outros, conhecido e reconhecido na essência de uma pessoa. O que torna o espaço um lugar é, essencialmente, a emoção e o simbólico que o referenciam na existência humana (TUAN, 1976, p. 3).

Pertencimento a um lugar é um sentimento tão indispensável ao indivíduo quanto pertencer a uma família. Embora as comunidades não sejam homogêneas ou harmônicas e possam conter divisões internas, o ‘sentimento de nós’ que as caracterizam lhes proporciona uma identidade social comum.

1.6 GOVERNANÇA

A preocupação com o tema governabilidade no meio acadêmico coincide com a perda de otimismo no modelo desenvolvimentista da década de 1950 - fundamentado na substituição de importações - considerado como o único viável para o desenvolvimento econômico de países periféricos capitalistas e, conseqüentemente, o caminho para as suas construções democráticas.

Desse modo, a partir do final de 1960, surgem os primeiros trabalhos acerca da crise de governabilidade, interpretada por Samuel Huntington como fruto dos excessos da participação e sobrecarga de demandas. Essa sobrecarga do governo, resultado do aumento de suas atividades como resposta à crescente onda de participação, deu-se tanto nos países industrializados, quanto nos periféricos, porém os efeitos causados não foram os mesmos (FIORI, 2011).

Nos países cujas democracias já estavam consolidadas, houve falência das instituições governamentais que regulam e implementam as políticas públicas, deslegitimação da autoridade, com subsequente enfraquecimento das instituições políticas. No entanto, por

serem fortes e adaptáveis, as instituições públicas conseguiram conservar-se, absorvendo as tensões e pressões por participação (SANTOS, 1997).

Já nos países cujas democracias ainda não estavam consolidadas, a pressão causada pela incorporação política de grupos sociais antes excluídos abalou as já combalidas instituições. Desse modo, os países subdesenvolvidos precisavam enfrentar o desafio de criar ou recriar as instituições políticas, aumentando a força e a presença estatal (SANTOS, 1997).

A partir dos anos 1990, surgiram indagações a respeito do papel do Estado no desenvolvimento sustentável de um país.

Patrícia Audi (2009, p. 5) resume as questões em pauta no Brasil:

As instituições públicas brasileiras estão aptas para atender às crescentes demandas de uma sociedade tão plural e diversificada como a nossa? As regras do direito administrativo e as exigências dos órgãos de controle são suficientes para garantir a legalidade dos atos administrativos? Os grandes avanços do pacto federativo inaugurados pela Constituição Federal de 1988 são suficientes para permitir o acesso da população a políticas inclusivas, eficazes e de qualidade?

Tais indagações coincidiram com o reaparecimento do termo governabilidade na agenda do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais, sob a alcunha de governança ou, implicitamente, boa governança.

Esta nova definição, segundo Diniz (1995, p. 400) “deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública”.

De acordo com o documento intitulado “*Governance and Development*”, do Banco Mundial (1992), a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, bem como “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” (GONÇALVES, 2005, p. 1).

A preocupação com a boa maneira de gerir os recursos públicos foi especialmente reforçada no documento do Banco Mundial (1992, p. 4), conforme evidenciado a seguir:

Para muitos credores do sistema financeiro, a efetividade de suas operações de ajuste e investimento é impedida por fatores que contribuem para uma gestão ineficiente. Esses fatores incluem instituições pouco sólidas, a falta de

uma adequada estrutura legal, a fragilidade dos sistemas e políticas incertas e variáveis

Nesse sentido, as instituições multilaterais, por serem organismos operativos, estabeleceram um *modus operandi* das políticas governamentais, normativo e programático, destinado a assegurar a homogeneização internacional das políticas econômicas (FIORI, ano).

Entretanto, a boa governança perpassa o âmbito econômico e não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, conforme aponta Rosenau e Czempiel (2000, p. 16):

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas.

Nesse sentido, a Comissão sobre Governança Global (1996, p. 2) define governança como “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”.

Assim, a discussão atual não deve se concentrar na determinação de qual seria o tamanho ideal do Estado. Não se trata mais de Estado mínimo ou maior mas, sim, repensá-lo sob o aspecto da eficiência, da qualidade e da sustentabilidade de suas ações para o desenvolvimento do país.

Vale ressaltar que a boa governança não é ação isolada do Estado, tampouco da sociedade civil buscando maiores espaços de participação e influência. Ao contrário, o conceito envolve ações conjuntas de Estado e sociedade na busca de soluções para problemas comuns.

O que se observará neste trabalho é a percepção da Prefeitura acerca das ações tomadas juntamente com a comunidade na Chácara do Buriti.

1.7 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL

Começando pela composição do termo que concilia duas palavras, aparentemente inconciliáveis, o conceito de capital humano, tanto na forma quanto no conteúdo, é bastante controverso no meio acadêmico.

Schultz (1973, p. 53) explica a formação da expressão do seguinte modo: “é *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas”.

De maneira bastante simplificada, pode-se afirmar que, em geral, quando empregada por economistas, capital humano refere-se à saúde e aos níveis de educação das pessoas revertidos para o aumento de produtividade (FRANCO, 2002).

O investimento em capital humano abrange os gastos diretos com a educação e com a saúde do trabalhador, no intuito de preservá-lo física e mentalmente saudável para realizar suas tarefas de maneira mais rentável possível.

Atualmente, em que o conhecimento e a informação superam o capital físico e financeiro “a inteligência criadora constitui-se na riqueza da nova sociedade” (CRAWFORD, 1994, p. 15).

Mais do que isso, Crawford (1994, p. 16) acredita tratar-se de um ponto central na transformação global, já que a produtividade é a força propulsora para a mudança:

Novos conhecimentos levam a novas tecnologias, as quais, por sua vez, levam a mudanças econômicas; que conseqüentemente, geram mudanças sociais e políticas, as quais, em última instância, criam um novo *paradigma* ou visão de mundo.

A transformação do mundo por meio do investimento na educação e produção de conhecimento é, provavelmente, a iniciativa com melhor possibilidade de sucesso para o desenvolvimento econômico. Através do conhecimento, é possível haver melhora real na condição de vida das pessoas, dando-lhes opções por trabalhos que lhes são mais afins, permitindo-lhes, assim, que desenvolvam plenamente seu potencial humano (CRAWFORD, 1994).

Nesse sentido, o conhecimento é, sem dúvida, uma das ferramentas mais importantes para o homem. Porém, muitas pessoas criticam o termo capital humano por considerarem que homens são tratados como máquinas e escravos da produção.

Amartya Sen (2000, p. 334) esclarece que:

O uso do conceito de capital humano - que se concentra apenas em uma parte do quadro (uma parte importante, relacionada à ampliação do cômputo dos recursos produtivos) - é, com certeza, uma iniciativa enriquecedora. Mas

necessita realmente de suplementação. Pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo.

Tratar o homem como riqueza que pode ser ampliada por investimento, parece reduzi-lo a um mero objeto (SCHULTZ, 1973) e muitos consideram que pessoas não podem ser tomadas como um elemento de riqueza, já que a riqueza só existe para beneficiar as pessoas.

Em síntese, o capital humano da literatura dominante é visto primordialmente em relação ao seu papel indireto, influenciando a mudança social e a produção econômica. No entanto, ao buscar uma compreensão mais integral do papel das capacidades humanas, é preciso levar em consideração, além do seu papel indireto, a sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas (SEN, 2000).

Sob a ótica do desenvolvimento local, o capital humano destaca o homem como ser construtor do próprio futuro, fonte de imaginação e criatividade (FRANCO, 2002).

Sem reflexão, inventividade e livre busca de seus desejos, o homem não se realiza plenamente, pois a liberdade, a capacidade criativa e a compreensão fazem parte das necessidades humanas fundamentais, as quais Elizalde (2000) classifica como sendo nove: subsistência, proteção, afeto, entendimento, ócio, criação, participação, identidade e liberdade.

Assim, a perspectiva da capacidade humana depende da liberdade que as pessoas têm para levar a vida que elas queiram e para melhorar as escolhas que elas possuem, por meio de suas próprias habilidades e potencialidades.

Capital humano é o investimento nas pessoas para que fortaleçam suas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, tornando-as capazes de gerar ideias, gerenciar seus próprios empreendimentos com autonomia e confiança em si mesmas, formando, assim, redes sociais e, em última análise, redes produtivas (LODI, 2004).

Comunidades ativas, bem informadas, participantes, articuladas e com capacidade de mobilização são importantes diante das necessidades humanas fundamentais, visto que a satisfação dessas necessidades individuais é mais facilmente alcançada por meio da solidariedade e da cooperação emanadas da comunidade da qual se faz parte.

Comunidades representam a base para o capital social, que significa “o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu conjunto” (DURSTON, 1999, p. 103).

Capital social trata da intensidade de atividades, “associadas à vida econômica das forças vivas locais, em um espaço de intervenção que serve como base para o desenvolvimento local” (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 88).

A velha ideia de que as pessoas agem de maneira independente dentro das comunidades é desmistificada, portanto, pela noção de capital social, já que o conceito está intimamente ligado à coesão social, no sentido de que é inerente à estrutura das relações sociais o estabelecimento de objetivos de maneira conjunta, não sendo o comportamento humano estritamente egoísta (ABRAMOVAY, 2000 *apud* MARTINELLI; JOYAL, 2004).

O capital social é, em síntese, o conjunto dos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem parcerias. Ora, parcerias se estabelecem por elementos como o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação. Esses elementos combinados propiciam o empoderamento comunitário, que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas.

No entendimento de Putnam (1996, p. 183) “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo”.

Desse modo, capital social significa, também, o acúmulo de experiências participativas e organizacionais que ocorrem num determinado grupo comunitário, reforçando seus laços de solidariedade, cooperação, confiança (LODI, 2004). Quanto maior for a participação e a organização da comunidade, maiores também serão os níveis de capital social nela encontrados.

A capacidade de organização e a sociabilidade desempenham um papel importante no desenvolvimento humano, social e econômico. No aporte de Fukuyama (1995, p. 55):

A sociabilidade espontânea é essencial à vida econômica porque, virtualmente, toda a atividade econômica é mais desenvolvida pelos grupos

do que pelos indivíduos. Antes de criarem riqueza, os seres humanos têm de aprender a trabalhar em conjunto, e para haver progressos posteriores terão de se inventar novas formas de organização.

O conceito de capital social e capital humano abordado nesse trabalho não são aqueles que se referem apenas à saúde e aos níveis de educação das pessoas voltadas para a produtividade, embora haja um reconhecimento da importância de tais fatores para o crescimento econômico. Esses termos, ao serem utilizados, privilegiarão o homem - ser gregário e solidário -, como protagonista da própria história, na busca incessante por bem-estar e liberdade.

A comunidade Chácara do Buriti, ao decidir fazer parte do Projeto PAIS dá um passo importante na busca pela autogestão e melhoria das suas condições sociais e econômicas. Caminham, assim, para o efetivo desenvolvimento local.

1.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito desenvolvimento remete à ideia de ação orientada a provocar e acelerar mudanças, ou em uma palavra: progresso.

Siedenberg (2004, p. 11) ressalta as confusões no emprego do termo desenvolvimento que, segundo ele, “continua sendo um conceito ambíguo, difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos”. Ao mesmo tempo, o que se observa é o uso indiscriminado dessa expressão, nos mais diferentes contextos, sem maiores preocupações quanto à exatidão de seu significado.

Embora a etimologia da palavra desenvolver (des+envolver) tem precisamente a definição de “tirar o que envolve”, o vocábulo desenvolvimento tem sido mais frequentemente empregado como sinônimo de crescimento econômico. Essa visão ocidental do desenvolvimento motivou muitos países a adotá-lo, por ter sido considerado o único modelo potencialmente viável (CLAXTON, 1994).

Nesse sentido, Singer (2004, p. 2) expõe:

Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se

encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

A primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais presente no conceito de desenvolvimento é também apontada por Cacciari e Martini (2003, p. 38):

O nosso modelo de desenvolvimento econômico-social continua sendo efetivado a partir do pressuposto de que - embora tal fato quase nunca seja declarado explicitamente, porém sempre evidenciado pelos fatos -, o que interessa é o ciclo de produção-consumo.

Porém, essa visão limitada do desenvolvimento começa a ruir com a própria percepção de que o crescimento do PIB³ e o bem-estar da economia não implicam, necessariamente, no bem-estar humano (DOWBOR, 2002). Pouco adianta mercados pujantes e tecnologias de ponta se, juntos, não servem para melhorar o desenvolvimento humano. “Os mercados são meios; o desenvolvimento humano é o fim” (PNUD⁴, 1992, p. 1).

Outra questão igualmente importante para a mudança de concepção do termo desenvolvimento refere-se às políticas globalizantes adotadas por países como o Brasil. Por muito tempo, dirigentes buscaram em modelos copiados de outros países as respostas para os problemas nacionais.

Estratégias planificadas para questões específicas, que negligenciaram repetidas vezes as peculiaridades da nação, acabaram por frustrar as expectativas do sonhado progresso.

Ora, desenvolvimento implica considerar a dimensão cultural. Cada país deve determinar maneiras de utilizar as especificidades culturais em favor da própria evolução. (CLAXTON, 1994). Não se dissocia cultura de desenvolvimento. Ao contrário, é importante criar uma cultura de desenvolvimento para que a sociedade se aperfeiçoe de maneira independente.

Embora a globalização seja uma tendência incontornável, muitas atividades como a educação, a saúde, os hortifrutigranjeiros, entre outros, são na realidade pouco globalizáveis, carecendo, assim, de políticas que atentem para as demandas locais (DOWBOR, 2002).

³ PIB - Produto Interno Bruto - é um dos principais indicadores do potencial da economia de um país. Ele revela o valor da soma de toda a riqueza (bens, produtos e serviços) produzida por um país em um determinado período, geralmente um ano.

⁴ PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Bauman (2004, p.123) ressalta que é no local, no espaço de vida do cidadão, que o exercício da cidadania se faz mais urgente e possível.

É somente (aparentemente) nas questões locais que nossa ação ou inação faz diferença, enquanto para as outras, reconhecidamente supralocais, não há alternativa (ou pelo menos é o que repetem nossos líderes políticos e todas as pessoas que ‘estão por dentro’.

O local se apresenta como o mais representativo para a realização de políticas públicas assertivas, já que [...] “constitui-se em suporte e condição para as relações globais” (FREIRE, 2006, p. 2), isto é, “a economia global não existe no ar, enraíza-se em pólos concretos” (DOWBOR, 2002, p. 38).

A despeito da globalização, em que alguns chegaram a pensar em homogeneização das civilizações, os países permanecem constituídos por múltiplas diversidades culturais.

Com a intensificação dos efeitos da globalização, igualmente o ‘Estado-nação tornou-se pequeno demais para as grandes coisas, e grande demais para as pequenas’ (PNUD, 1993, p. 5).

Portanto, o desenvolvimento deve primar pelos aspectos locais - muitas vezes, distantes dos centros decisórios de poder, aspectos esses que têm significado em um lugar específico, pois “é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada” (FRANCO, 1999, p. 178)

A partir da década de 1950, a Organização das Nações Unidas - ONU se empenhou em sistematizar e divulgar o desenvolvimento comunitário como “processo através do qual cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas” (AMMANN, 1981, p. 147).

No Brasil, somente a partir de 1980 é que se começa a pensar em estratégias governamentais de desenvolvimento, não mais pautadas puramente em questões econômicas e universalizantes.

Ainda que os círculos econômicos se prendessem a desenvolvimentos estratégicos de caráter globais, em 1985 inicia um movimento acadêmico contrário à política oficial, em que se propunha que as funções do governo devessem incorrer de maneira a fazer com que as

próprias comunidades se desenvolvessem a partir de suas capacidades, competências e habilidades (ÁVILA, 2000).

Esse movimento inovador deveria vir de baixo para cima, de maneira a incitar o desabrochar da comunidade em seu próprio âmbito, valendo-se dos seus elementos endógenos, até então, pouco valorizados. Em 1998, por meio do 'Programa Comunidade Ativa', a ação federal busca pela primeira vez uma ação de desenvolvimento local (IBIDEM).

As palavras 'desenvolvimento' e 'local', quando combinadas, possuem uma caracterização polissêmica, sendo que a ideia primeira dessa expressão abrange as aptidões locais e as reais possibilidades de empreendimentos - percebidas pela própria comunidade-localidade e em seu próprio núcleo - que deverão servir de elementos para a estratégia de desenvolvimento. A força motriz encerra-se na solidariedade que agrega esforços em prol de valores comuns, caracterizando, *a posteriori*, em uma coesão-solidária, conscientemente assumida por cada indivíduo e, ao mesmo tempo, por todos os que fazem parte do grupo.

Na concepção de Ávila *et al.* (2001, p. 68) o "núcleo conceitual" do desenvolvimento local consiste no efetivo despertar das comunidades:

[...] a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' (portanto com interesses comuns situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade -, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

O núcleo essencial do conceito de desenvolvimento local incorre no despertar das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, isto é, situada em um dado território e vinculadas estreitamente por laços históricos, sociais e culturais comuns, motivadas pelos mesmos interesses na busca pelo melhoramento de suas condições sociais e econômicas.

Esse processo através do qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser. Fundamenta-se na valorização do ser humano, enquanto um ser holístico, o qual inserido num espaço territorial concreto se relaciona com os elementos da natureza e com os demais comunitários.

O desenvolvimento local deve ser tratado de forma bem mais ampla, não apenas como medida voltada precipuamente para a criação de ocupações e geração de renda, mas como uma nova maneira de olhar o desenvolvimento, valendo-se de questões que lhe servem de anteparo, como, por exemplo, a liberdade de escolha, de participação e de solidariedade em busca de um ideal comum.

Sen (2000) assinala que o desenvolvimento requer a expansão das liberdades substantivas das pessoas, sendo fundamental ampliar a capacidade de realização das atividades livremente escolhidas e valorizadas por cada sujeito de desenvolvimento.

Ora, sem a participação da comunidade o próprio conceito de desenvolvimento local se esvazia. Poder pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, à medida que as pessoas participam ativamente e não se sentem apenas beneficiárias indiretas das ações.

Bravo (s.d., p. 36) ressalta a importância da conscientização e engajamento para uma pessoa, para quem “é uma complementação do ato de refletir”:

[...] acreditar no que vai fazer; perceber que não é mero executor, mas responsável no planejamento e execução; sentir habilitado a desempenhar a tarefa que lhe for atribuída. [...] para se desenvolver, se comprometer com uma atividade ou projeto, é preciso que a pessoa se sinta parte responsável e útil no processo.

Em síntese, o desenvolvimento local fundamenta-se na endogeneização, isto é, pressupõe o desenvolvimento iniciado de forças solidárias arrefecidas a partir da própria comunidade e alicerçado nas suas peculiaridades, potencialidades e habilidades em favor de suas necessidades, desejos e sonhos.

Embora o crescimento econômico seja uma variável considerável nessa busca, não é suficiente para, sozinho, ensejar o desenvolvimento local. Nesse caso, outros dois fatores são imprescindíveis para o efetivo ‘desabrochar’ da comunidade na busca do próprio desenvolvimento, os quais não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. São eles:

o fator humano - como ser construtor da própria história e o fator comunitário - comprometimento e coesão social voltados para ideais comuns.

Enfim, o desenvolvimento local consiste em fazer dos indivíduos e das comunidades os verdadeiros sujeitos, gestores e beneficiários do desenvolvimento, sempre na busca de uma boa qualidade de vida para todos.

2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI

Este capítulo aborda o contexto histórico e socioeconômico da formação da comunidade Chácara do Buriti⁵. Aponta, ainda, as atividades produtivas da comunidade antes e após a implantação da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A história da comunidade negra da Chácara do Buriti inicia-se com a chegada de uma comitiva de ex-escravos em Campo Grande.

Em 1904, da região de Mineiros, município de Jataí em Goiás, partiu uma comitiva de ex-escravos rumo às terras de Mato Grosso, com a esperança de nelas se estabelecerem. Essa comitiva contava com a ex-escrava Eva Maria de Jesus (“tia” Eva), nascida no município de Jataí no ano de 1850, e suas três filhas também ex-escravas: Sebastiana Maria de Jesus, Joana Maria de Jesus e Lázara Maria de Jesus. Acompanhavam as filhas de “tia” Eva os respectivos esposos: Jerônimo “Vida” da Silva, casado com Sebastiana; Joaquim Ferreira Pinto, casado com Joana; e Luís da Silva (irmão de Jerônimo), casado com Lázara.

Um grupo proveniente de Uberaba, Minas Gerais, uniu-se à comitiva de Eva; dentre eles estavam as famílias dos ex-escravos Custódio Antônio Nortório e sua esposa Maria Antônia de Jesus e Domingos Francisco Borges com sua esposa Maria Rita de Jesus.

De acordo com os relatos dos descendentes, durante o trajeto, Eva sofreu ferimentos na perna e fez promessa de construir uma capela em louvor a São Benedito⁶ se

⁵ Informações retiradas do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, cedido pelo INCRA/MS (2007); do Relatório de Visita, cedido da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Coletânea sobre as comunidades negras rurais quilombolas de Mato Grosso do Sul, cedido pela FUNASA.

⁶ São Benedito é considerado o padroeiro dos escravos.

conseguisse chegar curada em Mato Grosso. Ela recuperou-se dos ferimentos e, junto aos demais membros da comitiva, formou a comunidade São Benedito no bairro São Francisco, no município de Campo Grande. Em 1905, “tia” Eva, como passou a ser carinhosamente chamada, inaugurou a primeira capela construída em pau a pique e, em 1919, foi inaugurada a Igreja de São Benedito no mesmo bairro anteriormente mencionado.

Na década de 1920, motivados pela busca de terras para o sustento da família, Sebastiana Maria de Jesus (filha de Eva) e seu esposo, Jerônimo Vida da Silva, juntamente com seus filhos, decidiram mudar da pequena área da comunidade “tia” Eva para a fazenda Buriti Escuro, de propriedade de Joaquim de Oliveira, localizada, aproximadamente, a 50 km ao norte de Campo Grande. Nessa fazenda já se encontrava alguns membros da família de Custódio Antônio Notório.

As duas famílias trabalharam em uma parte dessa fazenda, onde construíram suas moradias, cultivaram a terra e tiveram filhos. Em troca da utilização da terra, davam ao proprietário uma porção da colheita. Na fazenda Buriti Escuro, eles formaram uma comunidade negra de parentesco, onde ocorreram casamentos internos e relações de compadrio. Nesse local, João Antônio da Silva (filho de Jerônimo Vida da Silva e Sebastiana Maria de Jesus) casou-se com Maria Theodolina de Jesus (filha de Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus).

Após alguns anos trabalhando na fazenda Buriti Escuro, atualmente, chamada Santa Euzélia, algumas famílias que lá residiam resolveram procurar outras terras para morar e trabalhar. Em busca do sonho em ter a própria terra, João Antônio da Silva, mais conhecido por João “Vida”, saiu do Buriti Escuro.

Assim, no início da década de 1930, João Vida e sua família compraram, com grandes dificuldades, um pequeno pedaço de terra localizada a 30 km do município de Campo Grande, próximo ao córrego Buriti. João batizou as terras com o nome Chácara do Buriti em virtude do grande número de palmeiras buritis encontradas na região.

Alguns anos depois, foi construída uma olaria na Chácara do Buriti com a ajuda de Manoel Francisco e Antônio Custódio. Por muitas décadas, essa olaria representou o sustento para a comunidade, onde trabalhavam homens, mulheres e até mesmo crianças.

As terras pertencentes a João Vida, que configura o atual território quilombola, foram registradas no ano de 1940, no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição em Campo

Grande, com uma área de 35 hectares e 500m². Isso significou para os quilombolas a garantia jurídica do direito a terra.

Na década de 1950, o território da comunidade Chácara do Buriti foi cortado pela rodovia BR 163. Oito anos depois, o proprietário da fazenda Cachoeira, João Alves de Almeida, fez uma proposta de permuta de terra a João Vida Antônio da Silva. Assim, João Alves de Almeida transferiria a João Vida 10 hectares de uma região que, após a construção da estrada ficou adjacente ao território quilombola. João Vida, por sua vez, transmitiria seus 06 hectares que ficaram do lado oposto da BR163 para João Alves de Almeida. Com essa negociação, firmada na base da confiança, o território quilombola passou de 35 hectares e 500m² para 40 hectares e 500m²

A comunidade negra rural quilombola da Chácara do Buriti localiza-se no km 27 da BR-163, a 31 quilômetros da capital Campo Grande, no sentido sul do Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), onde vivem atualmente 22 famílias e aproximadamente 61 pessoas.

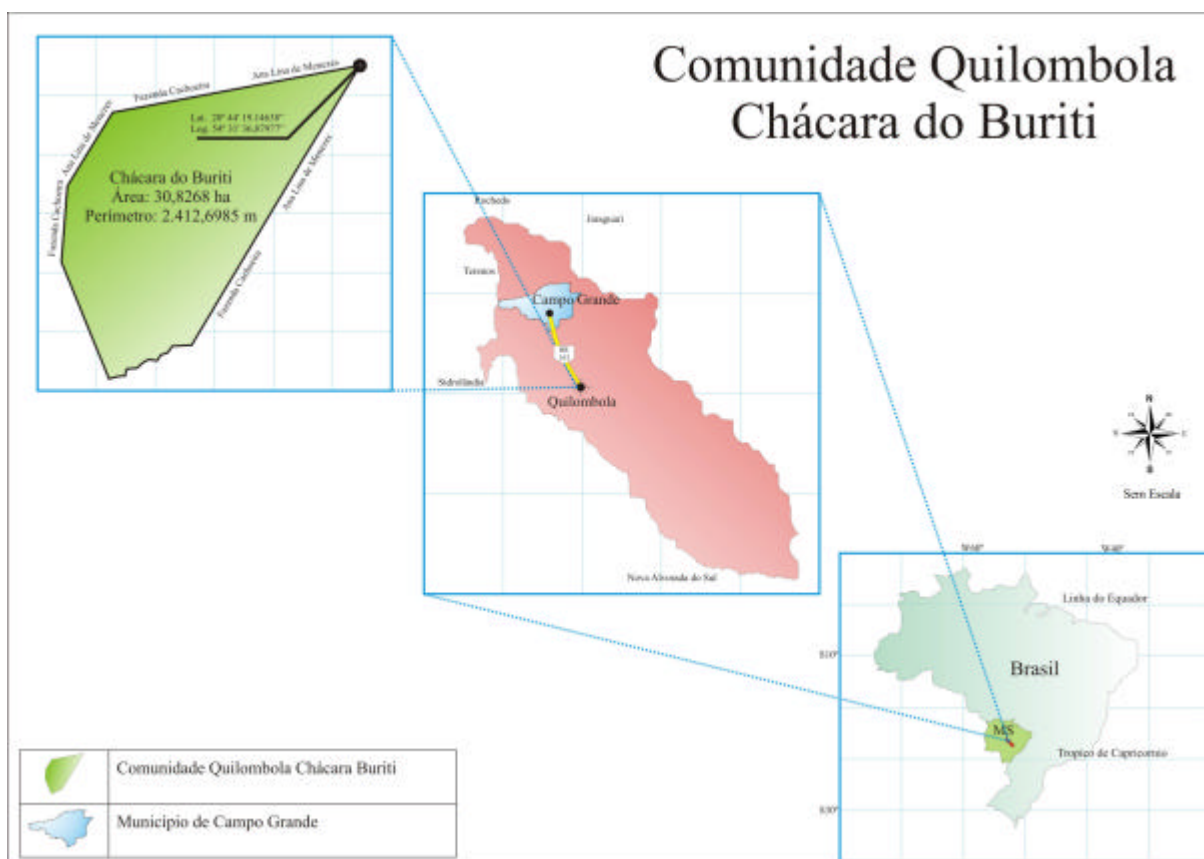


Figura 1 - Mapa de localização da comunidade quilombola Chácara do Buriti.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2002 e INCRA, 2010. Adaptação de: Marco Fabio Mazzaro

Há relatos de outros acordos entre João Vida Antônio da Silva e o criador de gado Antônio Lino de Oliveira firmados pelo “fio do bigode”⁷, mas que posteriormente não foram honrados.

Após o falecimento de João Vida Antônio da Silva, em 1960, inicia-se um processo de desterritorialização na Chácara do Buriti. Como não tinham dinheiro, os herdeiros tiveram que vender alguns hectares das terras para Antônio Lino de Oliveira, como forma de obter os recursos financeiros necessários para a prática do inventário.

Em pelo menos duas ocasiões, para resolver uma dada situação, a comunidade foi obrigada a abrir mão de parte de suas terras. Num primeiro momento, venderam 14 hectares para realizar o inventário em virtude do falecimento de João Vida. Em outra ocasião, para tentar solucionar uma disputa de terras com os herdeiros de Antônio Lino de Oliveira, transmitiram 06 hectares como honorários para o pagamento de um advogado. Dessa forma, restaram 19 hectares para a comunidade.

Na década de 1990, sobrevivendo em área diminuta, as famílias quilombolas tinham no trabalho da olaria a principal fonte de recursos. Porém, o Estado passou a exigir a arrecadação do imposto ICMS⁸ para pequenas e médias empresas, e com essa obrigatoriedade o trabalho na olaria tornou-se inviável.

Cada vez mais, pais de família saíam em busca de emprego nas fazendas vizinhas à área da Chácara do Buriti. Trabalhavam como meeiros, carvoeiros, produtores de farinha de mandioca e prestadores de serviços gerais de fazenda.

Desde então, devido às dificuldades financeiras e à redução da Chácara do Buriti, muitos descendentes de João Vida venderam os direitos de suas terras e se mudaram para a comunidade negra urbana “tia” Eva/São Benedito, em Campo Grande, e para do distrito de Anhanduí.

O processo de migração da Chácara do Buriti está fortemente relacionado à perda de parte de suas terras. Esse fato é lembrado constantemente pelas pessoas que foram obrigadas a migrar à procura de empregos em outros lugares, sendo a manutenção da memória migratória garantida pela passagem da informação oral.

⁷ Fio do bigode - expressão que designa negócios fechados sem nenhum documento assinado, acordados somente com a palavra do homem.

⁸ ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Os descendentes de João Vida Antônio da Silva que tiveram de abandonar o sítio, preservaram nos novos locais de moradias o mesmo modelo de parentesco mantido no território quilombola. Dessa maneira, independentemente do espaço que ocuparam, permaneceram os grupos familiares que estruturam, ainda hoje, a comunidade Chácara do Buriti. Assim, os que lá residem mantêm constantes intercâmbios com os que residem em outras localidades.

Há, também, uma grande interação entre as famílias que vivem na comunidade São Benedito, Furnas do Dionísio, Furnas da Boa Sorte e Chácara do Buriti. Esses territórios, reconhecidos pelos quilombolas, têm uma perspectiva sociorregional que ultrapassa seus limites territoriais. Há uma rede de quilombos unidos por laços de parentesco e reciprocidade, fundamental para a manutenção das organizações sociais e políticas quilombolas.

A Chácara do Buriti é a expressão da própria liberdade para os quilombolas. Trata-se do espaço físico no qual as famílias constroem seu universo social. Por tratar-se de uma comunidade corporativa fechada, para eles a terra é considerada um patrimônio intransferível, especialmente a estranhos. Assim, nunca houve intenções imobiliárias no que diz respeito à venda da terra; por outro lado, dadas as intempéries da vida, não houve alternativas.

De acordo com o processo político e histórico, a comunidade Chácara do Buriti construiu sua identidade étnica, baseada em um conjunto de práticas, de concepções, de valores éticos, de princípios comuns e de padrões regulares de comportamento transmitidos na socialização, que continuam presentes na vida dos descendentes como elementos de articulação, reconhecimento e unificação.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 resguardou o direito de propriedade territorial aos Remanescentes de Quilombos, garantindo-lhes a titulação definitiva da terra pelo Governo Federal.

O atual reconhecimento aos quilombolas faz parte de um longo processo histórico de luta pela manutenção de suas terras. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 - significou o início de tal reconhecimento. Em um período de 19 anos, foi institucionalizada a relação do Estado para com essas populações, em forma de ações públicas afirmativas.

Assim, em 1988, foi instituída a Fundação Cultural Palmares - FCP, ligada ao Ministério da Cultura, responsável pela certificação de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas. Posteriormente, criou-se, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, órgão vinculado à Presidência da República. Por meio do Decreto n. 4.887/03, designou-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a competência para a regularização fundiária das terras dos remanescentes de quilombo.

Os trabalhos de identificação da comunidade quilombola Chácara do Buriti foram norteados, portanto, pela Constituição Federal de 1988.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O parágrafo 1º do Artigo 215 dispõe que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”

O Art. 216 dispõe que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O Decreto n 4.887 de 20 de novembro de 2003 e a Instrução Normativa n. 57 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de 20 de outubro de 2009, regulamentam o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Em Mato Grosso do Sul, existem 14 comunidades quilombolas identificadas. Destas, 11 protocolaram junto ao INCRA sua reivindicação para que seja efetuada a Regularização fundiária de seus territórios (INCRA, 2008).

A comunidade de remanescentes de quilombo da Chácara do Buriti recebeu, no dia 5 de julho de 2005, o certificado de autoreconhecimento expedido pela Fundação Cultural

Palmares⁹ e publicado no Diário Oficial da União no dia 19/08/2005. Esse certificado representa o reconhecimento oficial, pelo Estado Brasileiro, que essa comunidade é de fato e de direito remanescente das comunidades dos quilombos. A partir do reconhecimento, as comunidades passam a poder acionar instrumentos públicos que executem ações para a melhoria na qualidade de suas vidas.

A autoidentificação das comunidades quilombolas como estabelece o Decreto n. 4.887/03: é um direito amparado em decisão do Congresso Nacional que, em 20 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo n. 143, ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, posteriormente promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004.

Foi realizado um estudo Antropológico de Identificação e Delimitação na comunidade. Esse relatório classificou a referida área como de remanescente de quilombos, tendo como base a definição da Associação Brasileira de Antropologia - ABA: “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ABA *apud* SANTOS, 2007, p. 4).

Nesse sentido, os estudos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e sua autoidentificação e certificação estão amplamente resguardados por direitos constitucionais.

A territorialidade desse quilombo tem origem nas terras adquiridas por João Vida Antônio da Silva e os sítios demarcados nesse território foram estabelecidos por uma lógica interna de apropriação dos espaços, baseadas no parentesco em comum.

Desse modo, existe um território de memória que coincide com os lugares que os descendentes de João Vida e Maria Theodolina de Jesus ocupavam antes do processo de desterritorialização.

⁹ A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, e tem por missão corporificar os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Formula e implanta políticas públicas que têm o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=226>. Acesso em: 26 jun. 2010.

Atualmente, o território quilombola Chácara do Buriti possui uma área de 30,8268 (trinta hectares, oitenta e dois ares e sessenta e oito centiares). O lugar é cercado, em seus limites norte, leste e oeste por fazendas de criação de gado dos herdeiros de Antônio Lino de Oliveira e, ao sul, limitado pelo Córrego Buriti.

Embora o Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação recomendou a demarcação inicial de 45.1882 hectares em favor dos descendentes de João Vida, o parecer conclusivo do Relatório Técnico Circunstanciado de Identificação e Delimitação emitido pela equipe técnica do INCRA/MS deliberou a demarcação de 12.1812 hectares, totalizando uma área de 43.0080 hectares e perímetro de 3.022,4151m para o território da Chácara do Buriti. A reintegração dessa área está em processo avançado, de acordo com funcionários do INCRA/MS (ver Figura 2)

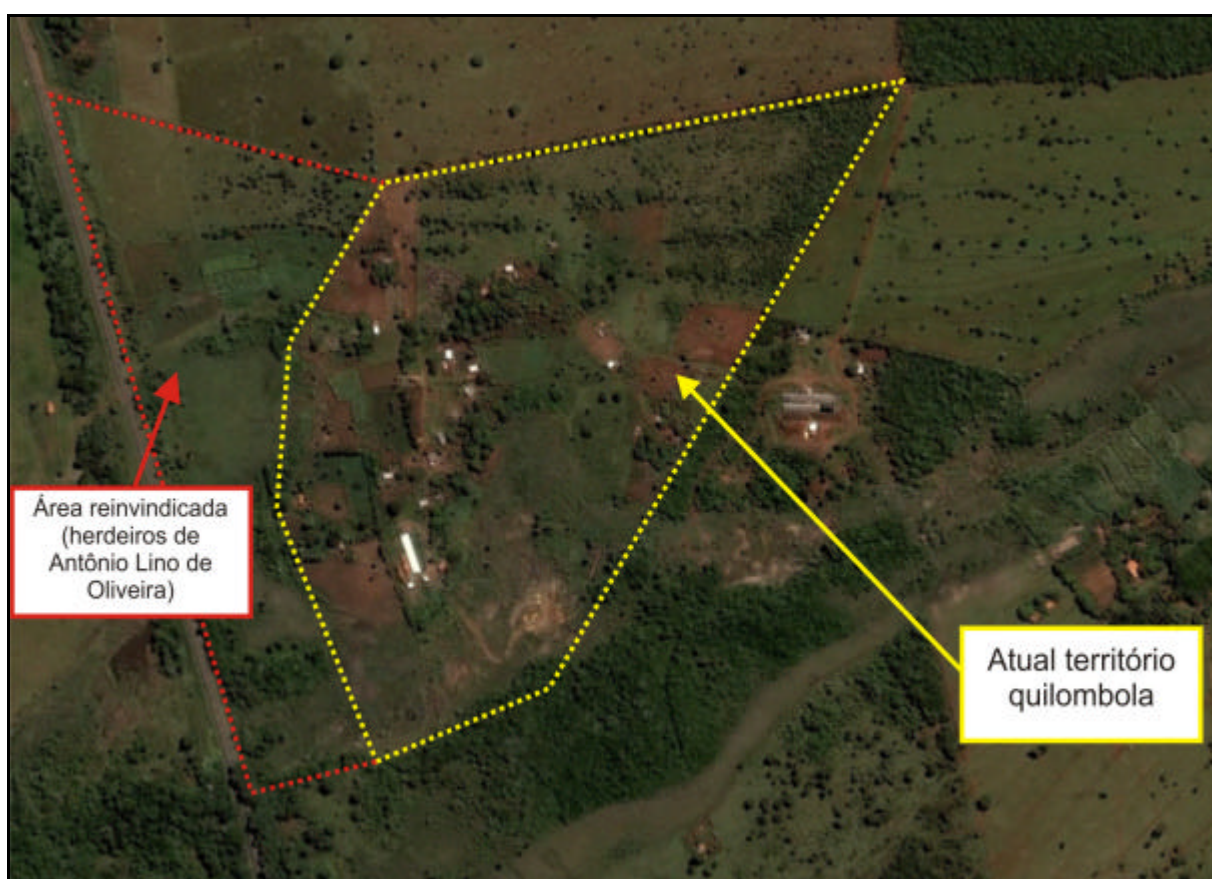


Figura 2 - Imagem satélite de localização da comunidade quilombola Chácara do Buriti - Localização das áreas reivindicadas.

Fonte: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (INCRA, 2007).

Atualmente, habitam o território, aproximadamente, 61 pessoas. Com o Projeto PAIS, muitos estão voltando para a Chácara do Buriti para trabalhar com as hortas e na criação de animais no próprio sítio.

A divisão sexual do trabalho a partir das atribuições dos gêneros, sendo o homem ao trabalho e a mulher à família, traduz parcialmente a realidade dessa comunidade. Ocorre um aumento gradativo da participação da mulher nas atividades econômicas que sustentam o grupo familiar, especialmente, nas tarefas da horta comunitária.

Embora a prefeitura de Campo Grande tenha construído na Chácara do Buriti uma pequena escola primária para atender as crianças quilombolas, atualmente, essas têm freqüentado a escola municipal de 1º Grau José do Patrocínio, localizada em Cachoeirinha. Existem muitos jovens que terminaram o Ensino Fundamental e não querem fazer o Ensino Médio.

Todos têm casa própria, água encanada e energia elétrica em casa desde 2007, em virtude do Programa Luz para Todos. A água consumida é retirada de poços artesianos. A maioria tem criação de animais domésticos, tais como: galinhas, cães, gatos, porcos.

A maioria, antes formada por católicos, tornou-se evangélica após a construção, na década de 1970, da Igreja Congregação Cristã no Brasil. Quase não se pratica mais as cerimônias e cultos de matriz africana.

As famílias que formam a comunidade Chácara do Buriti fundaram, no dia 10 de setembro de 2005, a Associação Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti - AQBURITI. Atualmente é presidente desta Associação Lucinéia de Jesus Domingos.

O território das comunidades quilombolas não pode ser definido como simples lotes rurais, onde se desenvolve a roça e onde se localiza a residência. Ele é a soma de todas as atividades socioculturais que estão atreladas a um universo macro que estrutura as famílias quilombolas. O território da Chácara do Buriti é um espaço de realização da vida e de atualização da memória. Pode-se observar que desde o início da formação dessa comunidade quilombola, esse grupo vivia junto, compartilhando as festas, as crenças, enfrentando o trabalho, as dificuldades, uns ao lado dos outros.

Dessa forma, unidos, construíram e constroem suas existências, fundamentados em um saber, em uma tradição que internamente os une enquanto grupo e externamente os distingue dos demais.

2.2 ATIVIDADES PRODUTIVAS DA COMUNIDADE

Por muitas décadas, a olaria construída pela comunidade era uma das fontes primárias de subsistência, porém, devido às dificuldades financeiras, ela teve de ser arrendada a terceiros e, posteriormente, desativada na década de 1990.

Historicamente, a criação de animais e o trabalho nas roças familiares foram considerados as principais atividades econômicas das famílias no território quilombola. Nas terras do Buriti havia a produção de culturas de subsistência, como o milho, feijão, abóbora, cana-de-açúcar, batata doce, melancia, banana, mandioca e pimenta. O principal cultivo, ligado à comercialização, era a pimenta. As pimentas produzidas eram vendidas no mercado municipal, localizado no centro de Campo Grande e nas barracas que ficam à beira da rodovia 163, no município de Anhanduí. Semanalmente a comunidade produzia 10 quilos de pimenta.

Ainda hoje, cria-se galináceos, algumas cabeças de gado e porco para o consumo. Porém, por causa da pequena extensão do território quilombola, não há espaço para muitas roças e falta ocupação para todas as famílias quilombolas. Vários trabalham com carteira assinada nas fazendas ao redor da comunidade. Alguns são diaristas e outros são aposentados.

Após a implantação do PAIS (Figura 3), as expectativas de retornar o trabalho com a terra animaram os quilombolas. O espaço demandado para a formação das hortas orgânicas é pequeno; em geral é necessário apenas meio hectare. Essa característica é de fundamental importância para instigar o interesse pela produção das hortaliças.

A comunidade foi contemplada com nove Projetos PAIS, mas de acordo com a líder comunitária Lucinéia Domingos, as demais famílias que atualmente não produzem orgânicos já manifestaram o interesse pela adesão ao Projeto PAIS.

Os pequenos sítios dessa comunidade são, em geral, autosuficientes. Cultivam-se legumes, hortaliças, verduras e frutas e, na falta de algo, todos se ajudam. As relações de reciprocidade constituem um princípio moral que está presente no interior do território quilombola configurando, assim, um traço da identidade do local.

3 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI

Nos capítulos seguintes serão tratados os assuntos relativos à Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável - PAIS. Primeiramente, fez-se uma descrição do Projeto, bem como um breve histórico da implantação do PAIS na Chácara do Buriti. Por fim, abordou-se o cultivo e a comercialização dos produtos orgânicos pela comunidade quilombola.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PAIS

De acordo com o Artigo 1º da Lei Federal n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária:

Todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição, e a proteção do meio ambiente.

Idealizada em 1999, na região de Petrópolis - RJ, pelo engenheiro agrônomo senegalês, radicado no Brasil, Aly Ndiaye, a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS é uma tecnologia social que reúne técnicas simples de produção agroecológica e de promoção do desenvolvimento sustentável. É destinado, principalmente, a agricultores familiares de baixa renda, assentamentos em projetos de reforma agrária e produtores quilombolas, entre outros (PAIS, 2009).

Trata-se de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar, podendo ser usada por todo produtor que queira melhorar a qualidade da própria produção. Isso porque possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis, tanto para o próprio consumo quanto para a comercialização.

As técnicas usadas para se obter o produto orgânico incluem emprego de compostagem¹⁰, adubação verde¹¹, manejo orgânico do solo e diversidade de culturas, que garantem a mais alta qualidade biológica dos alimentos. Também a responsabilidade social e ambiental são características fundamentais na produção orgânica.

A terminologia PAIS foi criada porque esse Projeto contempla a produção agroecológica, já que não recorre ao uso de instrumentos que agredem o meio ambiente. A palavra integração refere-se ao elo produtivo entre a criação de animais, a produção vegetal e a utilização de insumos da própria propriedade em todo o processo de cultivo. A sustentabilidade deve-se à preservação da qualidade do solo e das fontes de água (nascentes e poços artesianos) e ao incentivo ao associativismo dos produtores, tão significativos para o sucesso de boas colheitas, bons negócios e comercialização profícua.

O sistema PAIS é composto por uma horta, um galinheiro e o quintal agroecológico, onde são cultivadas as culturas perenes. Em uma unidade de produção do sistema PAIS, para uma família de cinco pessoas, é necessário um terreno de aproximadamente 5.000 m², ou meio hectare.

Na parte central do empreendimento constrói-se um galinheiro. A construção dos canteiros é feita em torno do galinheiro, também em forma circular. Para minimizar os danos na colheita, antes de serem transplantadas nos canteiros, as hortaliças e leguminosas são cultivadas em viveiros de mudas alocados em estufas, onde ficam de 15 a 45 dias, protegidas do sol e do vento forte, facilitando a sobrevivência da planta. A irrigação é feita por gotejamento, sistema que aumenta a eficiência do uso da água ao mesmo tempo em que não a desperdiça (ver Figura 3).

¹⁰ Compostagem - é o processo de transformação de materiais grosseiros, como palhada e estrume, em materiais orgânicos utilizáveis na agricultura. Este processo envolve transformações extremamente complexas de natureza bioquímica, promovidas por milhões de microorganismos do solo que têm na matéria orgânica *in natura* sua fonte de energia, nutrientes minerais e carbono. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/composto.htm>>. Acesso em: 24 dez 2010.

¹¹ Adubação verde - é um tipo especial de adubação orgânica que consiste em cultivar plantas que depois serão incorporadas ao solo, servindo como cobertura até serem decompostas. Disponível em: <http://www.ecobiotech.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=12>. Acesso em: 24 dez 2010.

CICLO PRODUTIVO DA TECNOLOGIA SOCIAL PAIS



Figura 3 - Ciclo produtivo da tecnologia social PAIS.

Fonte: Adaptado da Cartilha passo-a-passo por Marco Fabio Mazzaro (PAIS, 2009, p. 11).

O galinheiro produz ovos, carne e principalmente o adubo usado na horta, os produtos da horta que não servem para o consumo, alimentam as aves e, no quintal, são cultivadas as frutas e os grãos, que servem, ao mesmo tempo, de pasto para as galinhas.

O modelo de produção incentiva os pequenos agricultores a adotarem o desenvolvimento sustentável, buscando:

- Estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos
- Reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade;
- Diversificar a produção;
- Apoiar o correto manejo dos recursos naturais;
- Utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos;
- Alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades;
- Produzir em harmonia com os recursos naturais

O Projeto de hortas orgânicas é coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e financiado pela Fundação Banco do Brasil - FBB, com o apoio do Ministério da Integração Nacional.

O trabalho de implantação das unidades do PAIS conta, ainda, com o engajamento das prefeituras locais, que executam o Projeto indicando potenciais famílias produtoras, bem como, proporcionando apoio técnico e viabilidade de comercialização aos produtores.

Assim, os produtores selecionados pela Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, como demonstram as figuras do acervo do referido poder público (ver Fotos 1, 2, 3 e 4), recebem da FBB um kit com materiais para a construção de um galinheiro, de uma horta agroecológica e de um sistema de irrigação inteligente. O kit é composto de uma caixa d'água de cinco mil litros, bomba d'água, sementes, viveiro para produção de mudas, galinheiro e cama de compostagem. O SEBRAE é encarregado de acompanhar as instalações dos kits.



Foto 1 - Projeto PAIS

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, 2009-2010.



Foto 2 - Viveiro de mudas



Foto 3 - Compostagem

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, 2009-2010.



Foto 4 - Irrigação por gotejamento

O objetivo primeiro do PAIS é a segurança alimentar, isto é, criar condições para melhorar a base alimentar das famílias e colaborar para a preservação do meio ambiente. Visa também aumentar a renda familiar, favorecendo a manutenção de cidadãos em suas próprias localidades.

Dessa maneira, é de fundamental importância a conjugação de esforços entre vários parceiros para a implantação do PAIS, um Projeto de geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, cujo processo de inclusão social e acesso aos direitos da cidadania é realizado por meio da racionalização e do aproveitamento de oportunidades produtivas existentes, potencializando as vocações locais e contribuindo com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade.

3.2 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI

Conforme mencionado em capítulo anterior, a seleção das famílias para integrarem o Projeto PAIS é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio - SEDESC vinculada à Prefeitura Municipal de Campo Grande e, de acordo com servidores da Prefeitura, o Projeto PAIS teve início, no Município, em 2007. Atualmente são 123 Projetos espalhados por dez regiões do Município (ver Figura 4).

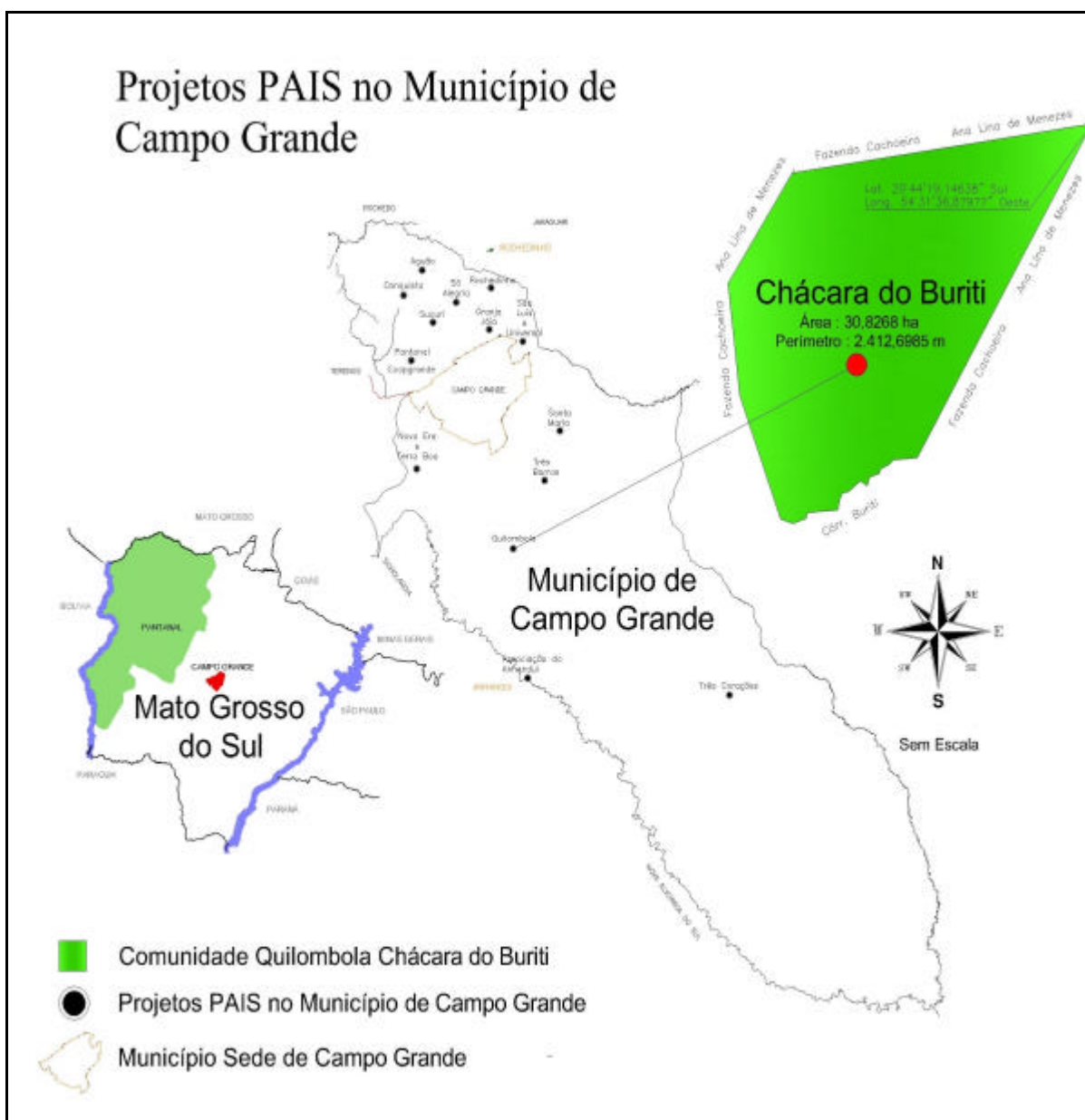


Figura 4 - Projetos PAIS no Município de Campo Grande-MS

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande (2002) e INCRA (2010).

A escolha dos indivíduos é balizada, fundamentalmente, pelo critério de vocação produtiva, isto é, pela aptidão pessoal para o manejo da agricultura e para aqueles pequenos produtores que sobrevivem da atividade rural. A seleção das famílias participantes inclui outros aspectos como: participação de assentamentos e comunidades rurais ou quilombolas, baixa renda e moradia no meio rural (ou em comodatos, caso específico de Campo Grande) com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Atendendo plenamente às avaliações de triagem realizadas pela Prefeitura, o PAIS foi apresentado à comunidade quilombola em maio de 2008. Segundo os técnicos da SEDESC, àquela época, o grupo vivia, em sua maioria, de trabalhos esporádicos na região e de cestas básicas doadas pela governança local e federal. Havia, também, algumas poças de pimenta que eram negociadas com atravessadores.

No início, a comunidade quilombola foi contemplada com quatro Projetos PAIS. Posteriormente, mais três Projetos foram implantados em junho de 2009 e, por fim, dois Projetos foram implantados em abril de 2010. Atualmente, são 22 famílias vivendo na comunidade e nove delas estão inseridas na Tecnologia Social do PAIS (ver Fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10).



Foto 5 - Início da implantação do PAIS na comunidade Chácara do Buriti - maio de 2008

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2008).



Foto 6 - Produtor da Chácara do Buriti - dezembro de 2009.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2009).



Foto 7 - Início da implantação do PAIS na comunidade Chácara do Buriti - junho de 2009.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2009).



Foto 8 - Horta da Chácara do Buriti quase pronta para a colheita - julho de 2009
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2009).

O idealizador do Projeto PAIS, Aly Ndiaye, visitou a Chácara do Buriti, em 21.09.2009, em companhia dos técnicos da SEDESC. Na ocasião, incentivou a comunidade, respondeu perguntas e deu dicas sobre o manejo da terra.

Foto 9



Foto 10



Fotos 9 e 10 - Reunião de técnicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande com o idealizador do Projeto PAIS - Aly Ndiaye, na comunidade Chácara do Buriti - setembro de 2009

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2009).

3.3 O CULTIVO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI

Atualmente, as nove famílias da comunidade Chácara do Buriti integradas ao PAIS cultivam, juntas, os seguintes produtos: abobrinha, agrião, alface, banana, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, couve, couve-flor, espinafre, feijão, jiló, mandioca, maxixe, milho, morango, pepino, rabanete, repolho, rúcula, salsa e tomate (ver Figura 5 a seguir)



Figura 5 - Produtos orgânicos da Chácara do Buriti (2010)

Embora sejam de fato alimentos cultivados organicamente, isto é, sem a adição de agrotóxicos, a legislação vigente brasileira exige um certificado comprobatório para que a comercialização dos produtos seja efetivamente considerada orgânica. Assim, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores é a venda dos seus produtos.

Sem a certificação, o comércio de produtos orgânicos somente pode ser efetuado de maneira direta, produtor-consumidor. Ainda assim, a partir de 2011, deverão obter uma declaração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA de que o produto é, de fato, orgânico.

Segundo técnicos da SEDESC, em dezembro de 2007, foi apresentado à Prefeitura Municipal, um projeto de produção de hortas orgânicas voltado para a agricultura familiar denominado Projeto de Orgânicos, o qual, posteriormente, acabou por complementar o PAIS. Essa iniciativa, aprovada em julho de 2009, trata-se de um convênio firmado entre a Prefeitura e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso do Sul - MAPA/MS, que visa fortalecer o processo de organização dos pequenos produtores de orgânicos do município de Campo Grande/MS.

Além do auxílio à implantação do sistema de produção orgânica de hortaliças às famílias de baixa renda, o Projeto de Orgânicos buscou viabilizar o comércio dos produtos por elas cultivados.

Assim, em 23 de setembro 2009, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, em parceria com o MAPA, disponibilizou a Praça do Rádio Clube, no centro da Capital, para a realização da primeira Feira de Produtos Orgânicos de Campo Grande e, em 04 de agosto de 2010, disponibilizou também um ponto no Paço Municipal (ver Fotos 11 a 14).

Foto 11



Foto 12



Fotos 11 e 12 - Comercialização dos produtos na Praça do Rádio Clube - novembro de 2009.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2009).

A feira de orgânicos na Praça do Rádio Clube consolidou-se rapidamente. Em um ano de funcionamento, o bom preço das hortaliças comercializadas (compatível com o preço das hortaliças vendidas em supermercados) e a boa qualidade dos produtos atraíram a atenção da comunidade, garantindo o sucesso da feira de orgânicos em Campo Grande.

Devido aos bons resultados obtidos, onze meses depois do início da comercialização de produtos orgânicos na Praça do Rádio Clube, às quartas-feiras, a Prefeitura de Campo Grande cedeu o estacionamento do Paço Municipal para que a feira de orgânicos funcionasse também aos sábados.



Foto 13 - Comercialização dos produtos no Paço Municipal de Campo Grande - agosto de 2010.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, 2010.



Foto 14 - Comercialização dos produtos no Paço Municipal de Campo Grande - setembro de 2010.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS (2010).

Os comunitários quilombolas da Chácara do Buriti comercializavam seus produtos nas feiras da Praça do Rádio Clube e do Paço Municipal com duas barracas em cada dia. Dois membros da comunidade negociavam a própria produção e a produção dos demais integrantes do PAIS.

No final do mês de agosto de 2010, porém, deixaram de comercializar em ambos os lugares, sob a alegação de três motivos: 1º) falta de mercadoria - devido à escassez de água na propriedade para a devida irrigação das hortas; 2º) problemas com a logística - falta de veículo para fazer o transporte das mercadorias da Chácara para os pontos de vendas; 3º) baixa rentabilidade com a venda dos produtos.

Os produtos cultivados de maneira agroecológica recebem diversas denominações, como: agroecológicos, ecológicos, orgânicos, naturais, biodinâmicos, regenerativos, biológicos, mokiiti okada ou da permacultura. A partir de 2011, de acordo com o Decreto n. 7.048 de 23 de dezembro de 2009, nenhum produto poderá ser comercializado em feiras ou supermercados sob os rótulos citados anteriormente, sem que esteja devidamente certificado por uma entidade credenciada e reconhecida oficialmente.

Em Mato Grosso do Sul, o Programa SEBRAE de Consultoria Tecnológica - SEBRAETEC está financiando todo o processo de certificação, desde as consultorias de adequação até a vistoria em si, dos agricultores pertencentes à Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande-MS (ORGANOCOOP). Essa cooperativa foi fundada no dia 30 de setembro de 2010 e o atual presidente é o produtor rural Osmar Schossler.

São membros da ORGANOCOOP os participantes das feiras orgânicas e a representante dos feirantes é Rosa Maria da Silva. Apenas dois dos nove produtores da Chácara Buriti se filiaram à ORGANOCOOP.

O Artigo 2º, Inciso III do Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei n. 10.831/03, define certificação orgânica como o ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade (certificadora por organismo participativo ou por auditoria) credenciado (pelo MAPA), dá garantia por escrito (através de emissão de certificado) de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes.

Atualmente, a legislação brasileira estabelece três mecanismos para garantir a procedência orgânica dos alimentos: o controle social para a venda direta sem certificação; a certificação participativa e a certificação por auditoria.

1) Organização de Controle Social - OCS

O Artigo 3º §1º da Lei n. 10.831/03 trata sobre a facultatividade da certificação orgânica quando a venda for direta, isto é, comercializada entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários.

No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

A obrigatoriedade de se formar uma organização de controle social é versada no *caput* do Artigo 28 do Decreto n. 6.323/07, que institui:

Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

O Artigo 2º, Inciso III do Anexo I da Instrução Normativa n. 19, de 28 de maio de 2009, define organização de controle social como sendo:

Processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de credibilidade.

Organização de controle social consiste, portanto, na formação de uma organização (grupo, associação ou cooperativa) composta por um consórcio de produtores interessados em identificar seus alimentos como orgânicos. Essa organização, com ou sem personalidade jurídica, é responsável pela criação dos normativos (regulamento, estatuto, etc.) de produção e de criação de animais e pela autofiscalização das propriedades.

O processo é exclusivo para produtores familiares, os quais devem ser cadastrados no Ministério da Agricultura. Cada produtor recebe um número gerado pelo sistema e uma declaração, que funciona como um alvará de licença para trabalhar com agricultura orgânica.

Por essa modalidade, conforme estabelece o Art. 22 do Decreto n. 6.323/07 os produtos não recebem o selo de autenticidade¹² orgânica, sendo prerrogativa do Ministério da Agricultura estabelecer as regras para a identificação dos agricultores que comercializam diretamente aos consumidores

O processo produtivo, a localização física e o livre acesso aos locais de cultivo facilitam a rastreabilidade dos produtores para a inspeção do MAPA e o controle social torna-se o responsável pela autofiscalização, o que garante a qualidade dos alimentos. Em caso de qualquer irregularidade de produção, será apenado apenas o produtor irregular.

Considera-se venda direta aquela realizada nas feiras e quitandas, as entregas em domicílio, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi instituído em 2003 pelo Governo Federal. Em Campo Grande, a Prefeitura realiza a Compra Direta Local da Agricultura Familiar - CDLAF e distribui os alimentos para as instituições sociais cadastradas na Secretaria Municipal de Ação Social - SAS.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estabelece por meio da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, que no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar pública deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Em síntese, para participarem de qualquer venda direta, os produtos orgânicos da comunidade Chácara do Buriti deverão ser, a partir de janeiro de 2011, identificados de forma que possibilite associar cada produto ao agricultor responsável pela sua produção e este à Organização de Controle Social a que está ligado.

¹² Selo SISORG - marca visualmente perceptível que identifica e distingue os produtos controlados no sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, bem como garante a conformidade dos mesmos com os regulamentos técnicos da produção orgânica. Anexo I Art. 2º inciso X Instrução Normativa nº. 19, de 28 de maio de 2009.

As outras opções de certificações para a comunidade são os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade - OPAC ou as certificações por auditoria.

2) Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade - OPAC

O Artigo 1º, Inciso VIII dos Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica da IN n. 19/09, considera Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC:

É uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG.

Para formar um SPG, os produtores interessados organizam uma estrutura composta de membros do SPG para, juntos, aderirem a um OPAC.

De acordo com Augusto César Pessoa de Farias, funcionário do MAPA, em Campo Grande, a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS cadastrou-se como Organismo Participativo no Ministério da Agricultura e, assim como acontece com uma OCS, após adquirir o devido registro civil, criou um regimento interno com as diretrizes básicas de produção e colheita animal e vegetal e de comercialização dos produtos. Essas diretrizes devem ser seguidas à risca pelos produtores atrelados à APOMS.

A APOMS, sendo uma OPAC, possui a prerrogativa de certificar os produtos orgânicos com um selo de identificação. Além disso, para serem comercializados como orgânicos, os produtos deverão receber o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG, regulado pelo Ministério da Agricultura (Ver Figura 6).



Figura 6 - Selo oficial do SISORG (2010)

Fonte: Planeta Orgânico. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/site>>.

O funcionário do MAPA informou, ainda, que o Ministério sugere que APOMS forme núcleos de 12 famílias para cada sistema participativo. Assim, será possível, em cada mês do ano, realizar uma reunião com cada unidade produtiva do grupo, de tal sorte que, ao final dos 12 meses, a APOMS terá feito a visitação de todas as unidades produtivas. Trata-se de um sistema de autovisitação e um processo de autofiscalização, controlado pela OPAC e auditado pelo Ministério da Agricultura.

Com os selos de certificação, os produtos orgânicos podem ser comercializados em redes de supermercado em todo o território nacional, bem como selecionados para a exportação.

Pelo sistema de OPAC, certifica-se a propriedade inteira. Desse modo, em caso de irregularidade, o grupo todo sofre as punições devidas.

O mecanismo de certificação por Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade seria outra opção apropriada para a comunidade Chácara do Buriti, entretanto, por intermédio do SEBRAE/MS, financiador das certificações, os produtores da ORGANOCOOP estão sendo certificados por auditoria.

3) Certificadoras por Auditoria

O Artigo 36 do Decreto n. 6.323/07 determina que as certificadoras por auditoria devam ser “pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo MAPA”, para desenvolver atividade específica de avaliação da conformidade com a produção.

Assim, diferentemente do que acontece com uma OCS ou com um OPAC, a inspeção é executada por um organismo de terceira parte. A garantia da conformidade é dada por entidade certificadora acreditada junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e credenciada pelo MAPA.

As auditorias certificam a propriedade inteira ou parte¹³ dela e atestam que os produtos foram produzidos, processados e comercializados de acordo com as normas orgânicas, utilizando selos como forma de identificação dos produtos orgânicos. Para fins de comercialização, os produtos devem receber, ao mesmo tempo, o selo do SISORG.

A certificação por auditoria é, em geral, muito cara. Entretanto, o SEBRAE contratou o Instituto Biodinâmico - IBD para realizar as certificações de um número elevado de produtores orgânicos espalhados por todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, o que barateou o serviço cobrado pela certificadora.

Deste modo, por meio da SEBRAETEC, apenas 10% do valor das consultorias será repassado e dividido entre os produtores, o que representará, para cada produtor, um custo de R\$40¹⁴ reais por certificação.

Os comunitários da Chácara do Buriti demonstram pouco interesse em se certificarem como produtores de orgânicos, por considerarem os custos e as exigências normativas um preço alto para a comunidade. Apenas dois deles participarão do processo de certificação.

Embora a comunidade da Chácara do Buriti não possua ainda uma produção em larga escala, e tampouco está socialmente organizada para firmar contratos de parceria que visem grandes mercados, a certificação por auditoria traria melhores opções de comercialização dos produtos, que passam a poder ser vendidos também em redes de supermercados.

¹³ Em caso de certificação de apenas parte da propriedade, a legislação determina que em um prazo de 05 anos, toda a propriedade se torne orgânica.

¹⁴ Informação disponível no site do Correio do Estado: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/produtos-organicos-do-ms-vao-ser-certificados_82342/. Acesso em 24.12.2010.

4 A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES E DA GOVERNANÇA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI

Este tópico apresenta a metodologia da análise da coleta de dados referentes às entrevistas, questionários (ver Apêndices A e B), diálogos, encontros com a comunidade estudada e observações *in loco*. Procurou-se interpretar os resultados dos dados obtidos de maneira holística, com vistas a apontar as potencialidades de desenvolvimento local na comunidade negra Chácara do Buriti, a partir da implantação da Tecnologia Social PAIS.

Foram aplicados 9 questionários aos quilombolas produtores de orgânicos que vivem na comunidade e 1 ao representante de agronegócios da Prefeitura Municipal de Campo Grande; 5 entrevistas aos gestores: da Prefeitura, SEBRAE-MS, MAPA, 1 residente da comunidade e a presidente da Associação de Moradores da Chácara do Buriti. Os entrevistados não foram nominados para preservar os agentes públicos que desenvolvem atividades junto aos quilombolas da Chácara do Buriti.

Verificou-se que o estilo de plantio do Projeto PAIS requer uma visão sistêmica do agricultor, isto é, uma percepção do “todo” e do conjunto de elementos que integram a natureza, para que o cultivo considere a preservação ambiental e o respeito à biodiversidade, aos ciclos biológicos e à atividade natural do solo. O PAIS demanda, ainda, um espírito social e cooperativista do comerciante, à medida que a venda de produtos orgânicos no Brasil é promovida, sobretudo, através de grupos.

Sendo assim, este estudo assumiu como base entrevistas realizadas com os representantes da governança local e com os integrantes da comunidade quilombola envolvidos com o PAIS.

Com base na observação *in loco*, prática de entrevistas e aplicação de questionários, destacou-se alguns aspectos que caracterizam a cultura e o estilo de vida desse grupo, e as impressões sobre o PAIS. As informações coletadas foram interrelacionadas com

os pressupostos do desenvolvimento local, ao se considerar o interesse e a iniciativa dos comunitários pela busca do próprio desenvolvimento.

Foram realizados quatro encontros na Chácara do Buriti, com cada representante familiar beneficiário do Projeto PAIS. Em uma dessas ocasiões, aplicou-se um questionário aos produtores. Foram feitas entrevistas com representantes das seguintes instituições: SEBRAE/MS, Fundação Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso do Sul, FUNASA, INCRA/MS, Prefeitura Municipal de Campo Grande e com a representante dos feirantes orgânicos.

A Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável foi apresentada à comunidade Chácara do Buriti por funcionários da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que à época encontraram um matagal no lugar, com apenas a plantação de algumas postas de pimenta, de acordo com o depoimento de um técnico em agronegócio da Prefeitura de Campo Grande, 2010:

[...] “lá não tinha nada, a gente forçou por falta de opção. Quando a gente chegou lá, eram 18 famílias vivendo de cesta básica, de trabalhos fora e esporádicos. [...] quando a gente chegou lá era um “capoeirão”, um mato só. Tinham alguns pés de pimenta que eles colhiam quando dava bom tempo, daí entregavam para o atravessador e vivia de cesta básica e trabalhos de bicos na região. Aí, a gente resolveu trabalhar com a comunidade e colocamos quatro projetos PAIS lá”.

Nesse contexto, vale ressaltar que o conceito basilar do desenvolvimento local é o de que as ações para o desenvolvimento devem ser endógenas, ou seja, partir do interesse de membros da comunidade. Os fatores externos, por outro lado, não podem ser desconsiderados, mas, sim, requisitados e utilizados na medida em que a comunidade saiba discernir aquilo que verdadeiramente contribui para a sua melhoria (ÁVILA, 2001).

Embora o interesse inicial pelo PAIS não tenha partido da comunidade, os projetos posteriores foram implantados a pedido dos próprios comunitários, como enfatiza o técnico da Prefeitura:

“A comunidade deu uma mudada até na autoestima, mudou a paisagem do lugar, que onde era mato, começou a dar lugar às hortas. Então, um começou a olhar o do outro, e tal, e daí eles pediram mais três. Aí nós levamos mais três projetos. No final, conseguimos mais dois projetos”.

Não obstante reconhecerem a importância dos Projetos PAIS para as suas vidas, por outro lado, os quilombolas demonstram grandes dificuldades ao lidarem com os desafios. A falta de água na Chácara para o consumo e para a irrigação adequada dos canteiros foi considerada por eles o problema de maior gravidade.

A Prefeitura de Campo Grande, em parceria com o SEBRAE, tentou solucionar o problema cedendo uma roda d'água e as mangueiras de distribuição para a irrigação das hortas. Na avaliação da Prefeitura, a escolha errada do local para a instalação da roda d'água, realizada pela comunidade, inviabilizou o sistema. O agente da Prefeitura enfatiza que:

“Eles receberam uma roda d'água através de uma parceria em que a Prefeitura disponibilizou a roda e o SEBRAE deu toda a tubulação pra jogar a água. E eles colocaram a roda num lugar errado lá embaixo. A gente sugeriu um lugar, eles colocaram em outro. Então, eles têm algumas medidas, assim, que são bem teimosas, não tem outra palavra para dar! Eles acham que estão certos e agem daquela forma e, por ser um grupo fechado, então a gente respeita também”.

Já a falta de água para o consumo deve-se ao fato de que o poço artesiano foi dimensionado para 18 casas e, hoje, existem 35 casas na Chácara do Buriti.

Outra preocupação recorrente para a comunidade é a falta de transporte para levar as mercadorias até os pontos de vendas. À época em que eles comercializavam nas feiras, a condução dos produtos era realizada por um agricultor membro da ORGANOCOOP e vizinho da propriedade. Porém, o veículo não comportava o volume de hortaliças de todas as famílias quilombolas.

Notou-se, também, um transtorno aparentemente contraditório. Alegam os comunitários que a escassez de água prejudica a produção e, às vezes, eles se deparam com a carência de produtos para a venda. Em contrapartida, afirmam que, por causa da forte concorrência nas feiras, raramente conseguem comercializar toda a mercadoria do dia. Em verdade, relatam que vendem pouco e perdem muitas hortaliças, verduras, legumes e frutas.

Essa questão suscita outra consideração ainda mais urgente. Embora não esteja entre as maiores preocupações descritas pela comunidade, a falta de planejamento revelou-se um problema de extrema importância. Observou-se que o grupo desconhece a quantidade produzida, o custo e o lucro por plantação.

Ao se analisar os questionários aplicados aos quilombolas, identificou-se que 89% responderam que trabalham apenas com a produção de orgânicos e gostariam de continuar vivendo exclusivamente do cultivo de orgânicos, mas o valor obtido com a venda desses produtos é insuficiente para a subsistência (ver Gráfico 1).

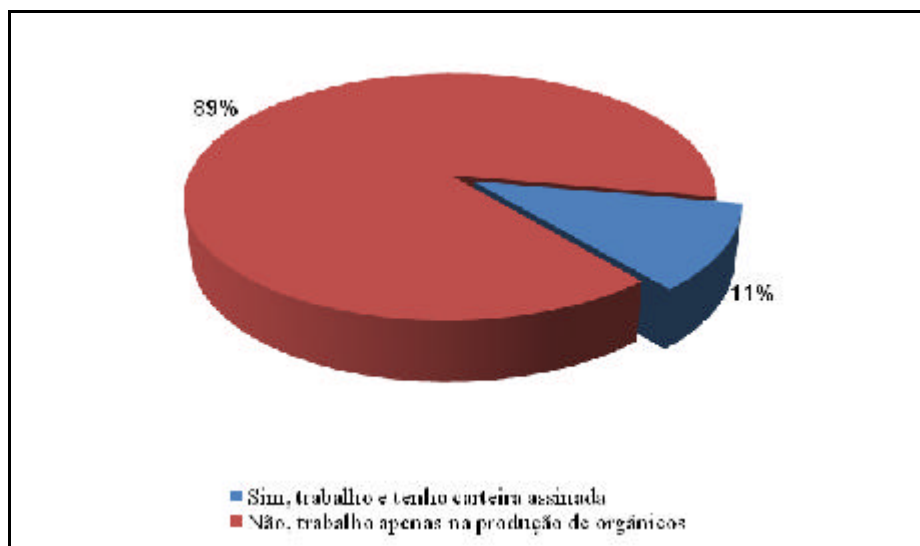


Gráfico 1 - Quantidade de comunitários que vivem apenas da produção de orgânicos

Os quilombolas têm dificuldade em descrever a quantidade plantada e colhida de cada alimento. Em geral, a medida é subjetiva, como por exemplo, pouco, muito, meio canteiro, etc.

Em contrapartida, observou-se grande variedade de respostas quando o assunto refere-se ao preço mensal dos produtos vendidos e o custo mensal da produção, respectivamente, conforme demonstrado nos gráficos 2 e 3, a seguir:

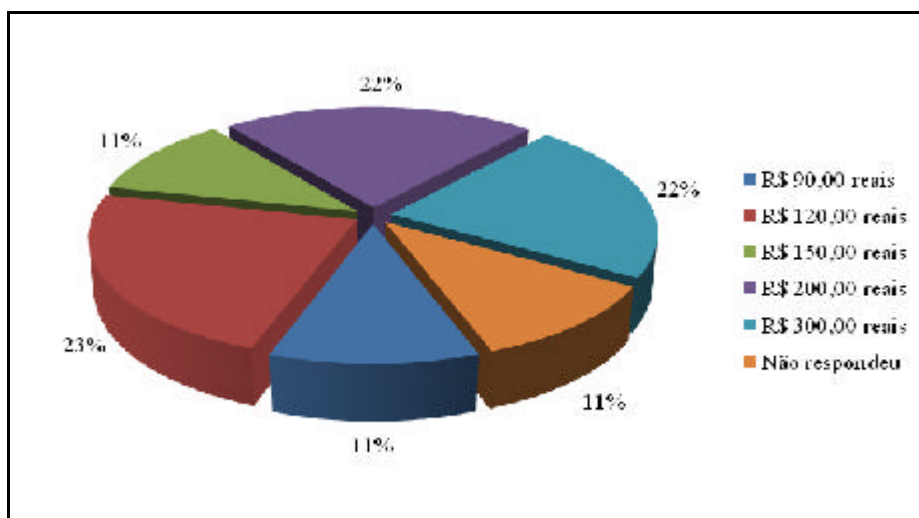


Gráfico 2 - Preço (mensal) dos produtos vendidos nas feiras.

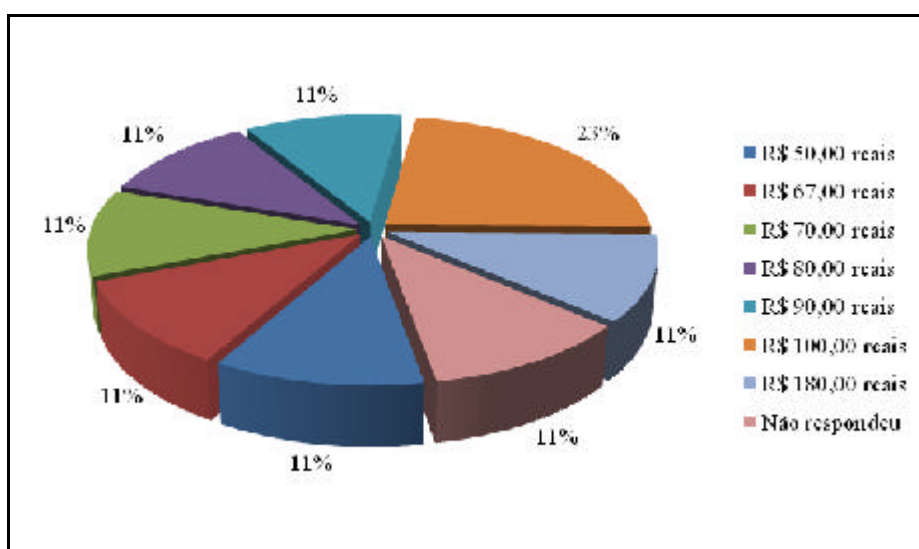


Gráfico 3 - Custo mensal da produção.

Ora, essa disparidade de respostas de maneira alguma representa a verdadeira situação de cada um. Na realidade, demonstra certa indecisão quanto aos valores pagos e ganhos com a produção. Essa constatação da pesquisadora baseia-se em algumas análises: 1º) muitos questionamentos e comentários dos quilombolas no momento da aplicação do questionário; 2º) igualdade de pontos de comercialização e de vendedores dos produtos dos nove agricultores PAIS, o que diminui a discrepância da quantidade vendida por cada um; 3º) similaridade de área e espécies agrícolas cultivadas, o que causa similaridade de custos da produção; 4º) informação repassada pela Prefeitura e pelo SEBRAE.

Quando se indagou se os quilombolas recebiam instrução de como planejar a produção e a comercialização, as respostas dadas pelos técnicos da Prefeitura e pelos representantes do SEBRAE foram semelhantes:

“O custo eles não sabem mesmo, eles estão na fase de produzir e não de controlar a produção, tudo é uma fase. [...] O foco deles é a produção. Olha, a gente dá uma dica [...] tem que contar pra saber o quanto você está ganhando. Eles não sabem quanto estão plantando, toneladas, não sabem mesmo” (Representante da Prefeitura, 2010).

“Essa parte é da gestão. Como eles têm muita dificuldade, os produtores, então você tem que trabalhar por parte. Então, o primeiro era entender essa parte da viabilidade do econômico, mas a gente deixa por último, porque primeiro ele não sabe a quantidade de coisa que ele vai usar” (Consultor do SEBRAE, 2010).

O que se evidencia, claramente, é que os comunitários ainda estão dependentes das iniciativas do poder público.

A Prefeitura e o SEBRAE têm dado, sistematicamente, apoio de todas as ordens aos quilombolas, que vão desde a viabilização dos mecanismos para a implantação do Projeto PAIS, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, até as assistências técnicas de produção e comercialização, em parceria com o Ministério da Agricultura.

A despeito de todos os incentivos, os quilombolas sentem que os representantes públicos precisam ajudá-los mais, pois consideram as ações recebidas insuficientes. Assim, os quilombolas listaram as necessidades que gostariam de serem atendidas.

- Ampliação do projeto de irrigação das hortas;
- Transporte das mercadorias até os pontos de vendas;
- Poço ou roda d'água para levar água até um reservatório;
- Trator;
- Salão (centro) comunitário; e
- Cozinha industrial.

Um membro da comunidade Chácara do Buriti concedeu o seguinte depoimento:

“Até agora a gente tá sozinho. Nunca tive apoio de ninguém assim pra tá ajudando. Só a Prefeitura que vem e dá orientação como plantar, essas coisas, mas ajudar mesmo, empurrar a gente pra frente, não vai, né? A gente vai caminhando sozinho”.

Em contrapartida, a decisão de não participarem da certificação, não deixa de ser uma demonstração de autonomia de decisão. A observação seguinte foi feita por um membro da comunidade:

“Não adianta a gente se certificar só pra dizer que é certificado”.

O fator cultural influi bastante para as tomadas de decisão dos moradores da Chácara. Importante lembrar que se trata de uma comunidade tradicional alicerçada por laços consangüíneos, o que estreita ainda mais as relações.

A Chácara do Buriti apresenta elementos de uma legítima *Gemeinschaft*, descrita por Ferdinand Tönnies (BUBER, 2008) em que, apesar das divergências e dos fatores que tentam apartá-los, o relacionamento primário entre os comunitários é mais forte, tornando-os unidos e pouco dissociáveis nas atitudes.

Notadamente, dois componentes são referência para a comunidade e acabam por influenciar as ações dos demais quilombolas. Um representa a tradição, a continuidade; o outro representa o novo, a mudança.

A pesquisa demonstrou que 56% daqueles que trabalham com o Projeto PAIS têm idade entre 25 e 35 anos e que 78% deles são do sexo masculino (ver Gráficos 4 e 5).

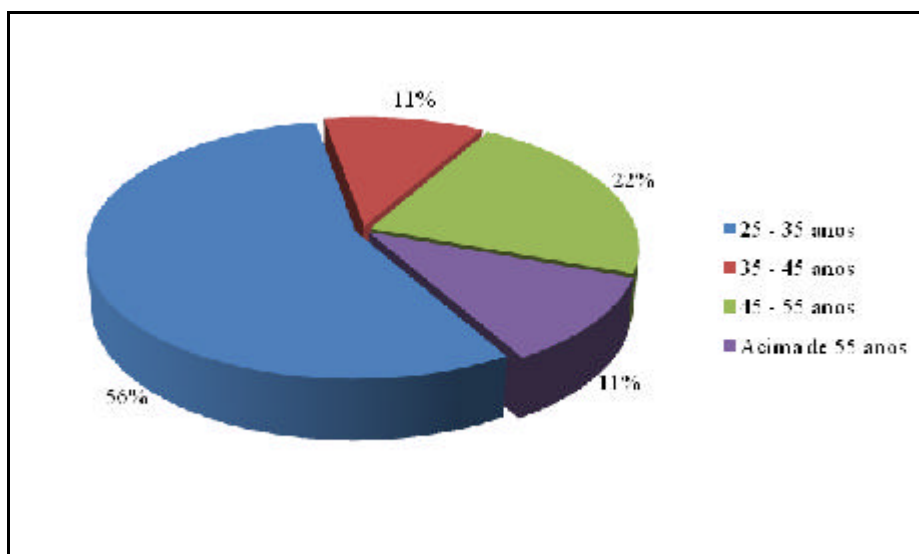


Gráfico 4 - Idade dos participantes PAIS da comunidade Chácara do Buriti (2010)

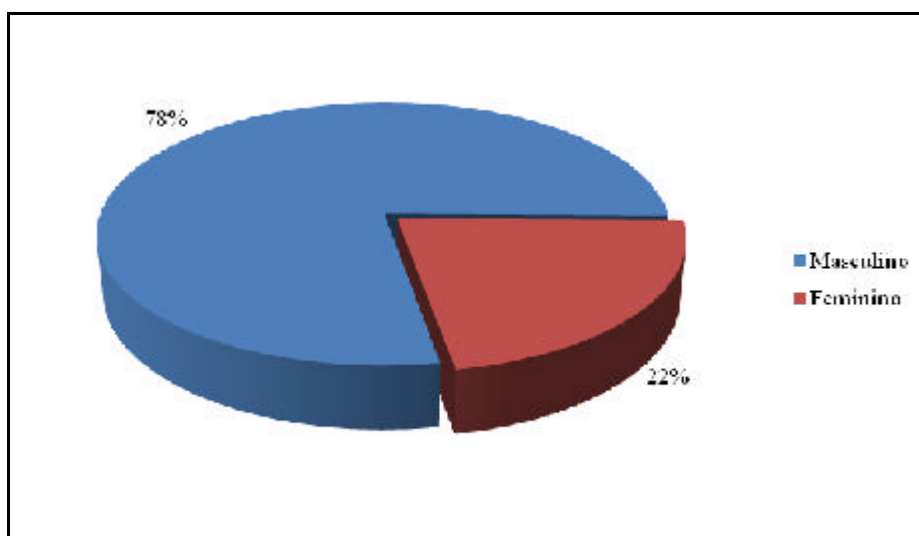


Gráfico 5 - Sexo dos participantes PAIS da comunidade Chácara do Buriti (2010).

Inferiu-se que mais da metade dos agricultores PAIS no Buriti são jovens, com perspectiva de contribuição para a melhoria de vida da comunidade. Foram observadas algumas ações isoladas no sentido de uma ou duas pessoas dar continuidade às atividades iniciais desenvolvidas, uma vez que a perseverança é um traço cultural dos quilombolas. Entretanto, a tradição, em geral, permanece.

Culturalmente, por exemplo, apenas o homem trabalha na horta orgânica. A ausência do apoio da mulher é sensível. Em se tratando de um manejo mais delicado, a recomendação nacional para os participantes dos Projetos PAIS é o de que a mulher deva assumir pelo menos uma atividade de manutenção da horta. Entretanto, a função primordial das mulheres na Chácara do Buriti é cuidar das atividades familiares diárias e, esporadicamente, vender alguns gêneros alimentícios na região.

A maneira dos quilombolas de semear a muda, no chão, é outra característica cultural. Um integrante da comunidade relatou que:

“Eles (técnicos da Prefeitura) gostam que faz (*sic*) a muda na bandeja, né? E a gente acostumou fazer assim no chão. [...] aí, eles quer que põe (*sic*) na bandeja, aí cria lá, como diz o outro, a mudinha na bandeja, dali pega e muda. Então perde menos, né? Mas, toda a vida eu plantei no chão. [...] então a gente nunca teve muito problema né? Mas, não! Não é o ideal. Eles diz (*sic*) “vocês têm que plantar na bandeja”. Então tudo bem, só que a gente continuou um pouco e depois vai fazendo do jeito que a gente é acostumado”.

Interessante notar que esse comunitário percebeu que a maneira de cultivar a muda ensinada pelos técnicos da Prefeitura é mais vantajosa por perder menos, porém, ele continua plantando do modo que lhe é habitual. Na visão dos técnicos, essa insistência é uma atitude teimosa. Na realidade, é uma questão de prática cultural.

Em relação à certificação, igualmente percebe-se uma relutância dos quilombolas em cumprir as exigências de padronização e cronograma estipulados pela Cooperativa. O representante da Prefeitura fez o seguinte relato:

“[...] Eles [quilombolas] sentem-se pressionados com os cronogramas”.

A partir do momento em que um produtor decide tornar-se membro de uma cooperativa, as prioridades de venda passam a ser aquelas determinadas pela cooperativa. Os compromissos comerciais assumidos pela ORGANOCOOP, por exemplo, consideram a produção de cada agricultor. Em virtude do cumprimento das metas e acordos firmados, são estabelecidas as normativas de produção, os prazos de entrega, os pontos de venda, além da definição dos elementos que cada produtor deverá plantar, entre outros.

Também, para que os dirigentes da cooperativa realizem o planejamento de produção e comercialização, e os cálculos de lucros e prejuízos, cada sócio deve fazer, em sua

propriedade, um rígido e diário controle dos investimentos realizados, dos custos devidos e das eventuais perdas de produção.

Historicamente, as relações laborais e mercantis firmadas pelos quilombolas da Chácara do Buriti não envolvem nada além da palavra do homem. E, considerando que a Chácara representa ampla liberdade para esses comunitários, é compreensivo que haja certa aversão aos rigorosos contratos, os quais determinam até mesmo as espécies que deverão ou não produzir. Sobre essas normas, definiu um comunitário da Chácara:

“Eu achei meio tipo ditadura! [...] aí a gente vai ficar submisso a eles, porque aí vai plantar aquilo que eles quiser (*sic*). [...] eu comecei a achar meio difícil a coisa [...] você não manda mais no que você quer fazer”.

Por último, mas não menos importante, há a questão do tempo. O fato de possuírem uma propriedade privada representa para os quilombolas a conquista da liberdade, antes restringida pela rigidez dos horários, pelo cumprimento de metas, e pelas relações de patrão-empregado.

“Pra mim não tem dia para trabalhar, eu trabalho qualquer dia. E o dia que eu quero descansar também, eu não faço nada. É domingo, é no meio da semana”, afirmou um dos quilombolas residente na Chácara do Buriti.

Os técnicos da Prefeitura têm a ciência de que a comunidade quilombola possui uma maneira particular de lidar com o tempo. A respeito da relutância em aceitar a certificação orgânica, um dos técnicos argumentou que:

“Eles não quiseram entrar [no contexto agrícola proposto], se assustaram. É uma questão cultural, eles têm medo do novo. É uma comunidade tradicional. Geralmente as comunidades tradicionais são mais acomodadas. Nós temos que respeitar o tempo deles. A gente tem que caminhar de acordo com o ritmo deles. Eles têm o ritmo deles, um ritmo próprio. A gente não pode acelerar. Você tem que aditivar, fomentar, mas o ritmo quem dita são eles”.

Os comunitários da Chácara do Buriti, por outro lado, compreendem que a segurança alimentar é o principal objetivo do PAIS, ou seja, proporcionar-lhes uma alimentação mais saudável. Nesse sentido, a missão do Projeto tem sido alcançada. A dificuldade maior encontrada, porém, está no cumprimento do segundo objetivo do Projeto,

que é o fortalecimento da renda dos participantes, por meio da comercialização dos excedentes da colheita.

De uma maneira geral, os quilombolas acreditam nos pressupostos da cultura orgânica, livres de defensivos agrícolas. O respeito ao meio ambiente é uma ideia já interiorizada culturalmente, o que favorece o entendimento de que uma terra bem tratada continua produzindo sempre.

Conforme demonstrado repetidas vezes no capítulo 3, a adesão do grupo à Cooperativa ORGANOCOOP é de fundamental importância para que possam comercializar os seus produtos sob a autenticação orgânica. Além do acesso aos mercados, a Cooperativa oferece, também, o benefício da coleta dos alimentos na própria Chácara, o que traria a solução da falta de transporte das hortaliças para a comunidade.

No entanto, atualmente apenas dois participantes do PAIS se tornaram adesos à ORGANOCOOP. Restará aos outros sete participantes comercializar suas mercadorias sem a identificação orgânica, ou seja, não poderão fazer a distinção das suas hortaliças, qualitativamente melhores por serem orgânicas, das demais convencionais.

Existe um bom mercado consumidor, ainda inexplorado, para os produtos orgânicos e boas oportunidades de comercialização. Além da venda direta e dos Programas como o PAA e o PNAE, outros projetos estão surgindo, a exemplo da Central de Processamento de Alimentos - CPA. A Prefeitura cedeu um local no Pólo de Orgânicos para a Cooperativa ORGANOCOOP processar os orgânicos (pré-lavagem, empacotamento e montagem) destinados à confecção de cestas domiciliares. As cestas orgânicas são importantes por representarem uma maneira simples de agregar valor aos produtos *in natura*.

Outra novidade é a cedência de um estande no Mercado Municipal de Campo Grande exclusivamente reservado às espécies orgânicas, além do já manifestado interesse de grandes mercados varejistas.

Por outro lado, falta uma produção em larga escala e constância anual de oferta de produtos. Os quilombolas, assim como outros produtores PAIS no município de Campo Grande, têm variado entre picos de produção em excesso e picos de perdas de alimentos.

Observou-se, portanto, que não há carência de mercado. Há, sobretudo, ausência de gestão por parte dos agricultores da Chácara do Buriti. Os agricultores têm muita

difficuldade em planejar a produção, embora a assistência técnica, tanto da Prefeitura quanto do SEBRAE, tem reforçado a importância da produção programada.

De maneira sintetizada, destacou-se as Potencialidades e fatores que impedem o desenvolvimento local na comunidade quilombola Chácara do Buriti, 2010 (ver Figura 7).

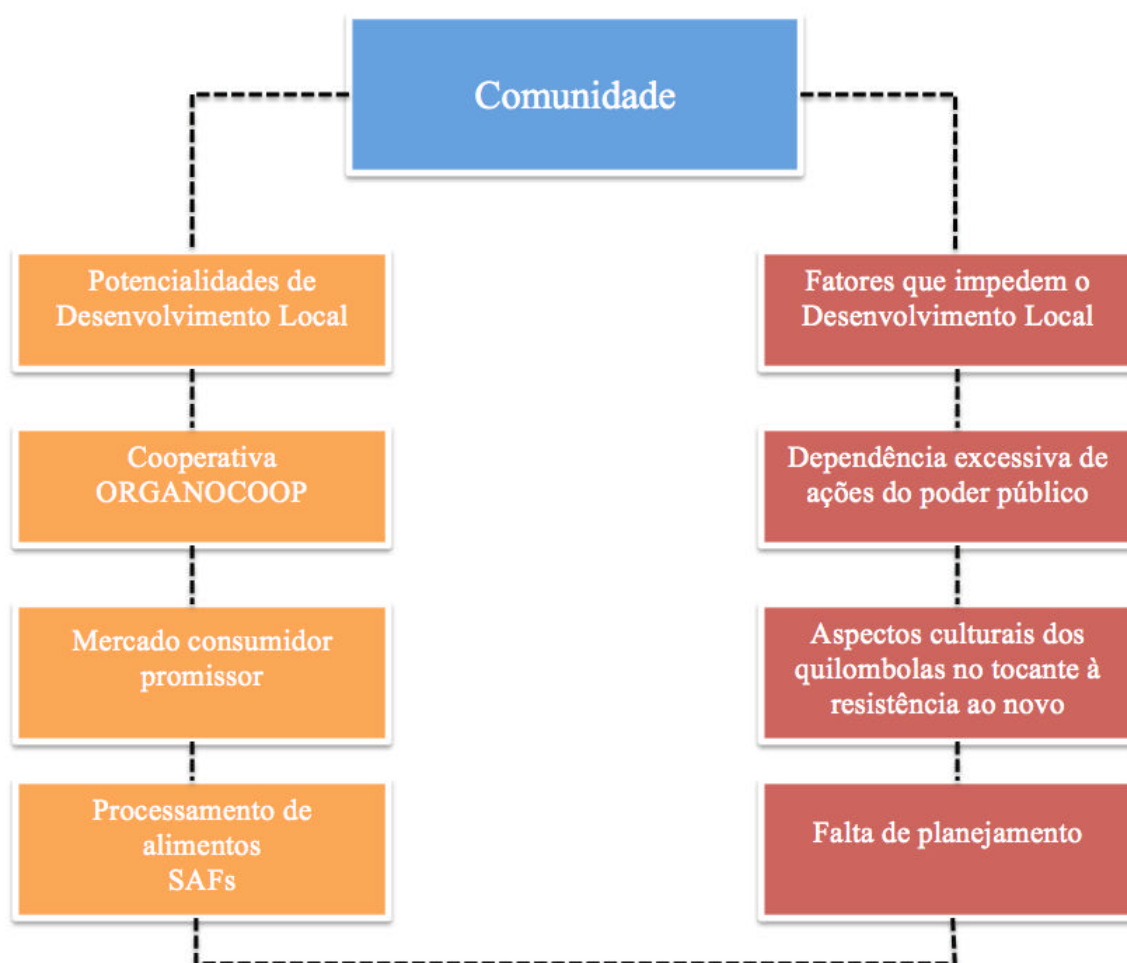


Figura 7 - Potencialidades e fatores que impedem o desenvolvimento local na comunidade quilombola Chácara do Buriti (2010)

Sentiu-se, ainda, a necessidade da realização de um estudo do mercado consumidor, no intuito de descobrir quais são os interesses e as demandas dos consumidores.

O processamento dos alimentos com vistas a agregar valor aos orgânicos e a diversificação da produção são duas medidas significativas que podem ser adotadas pela comunidade.

Além da variedade na escolha das espécies a serem cultivadas, outra opção de diversificação prevista na Instrução Normativa Conjunta n. 17, de 28 de maio de 2009, são os produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável. O Art. 2º, Inciso I da INC n. 17/09, define agroextrativismo como sendo a:

combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

Assim, os produtos do extrativismo também são considerados orgânicos. O Art 3º das Disposições Gerais da INC n. 17/09, citada anteriormente, reconhece como produtos de extrativismo sustentável orgânico “todos aqueles extraídos ou coletados, em ecossistemas nativos ou modificados, onde a manutenção da sustentabilidade do sistema não dependa do uso sistemático de insumos externos”.

O Art. 2º, Inciso XVI da INC n. 17/09 especifica os produtos do extrativismo, os quais são, exclusivamente, de origem vegetal ou fúngica, não-madeireiros, sendo eles:

todo material biológico, excetuado a madeira roliça e derivados de madeira serrada, placas, painéis e polpa de madeira, que podem ser extraídos de ecossistemas naturais ou modificados, e serem utilizados para uso doméstico ou comercial, ou dotados de uma significância social, religiosa ou cultural específica, tais como raízes, cogumelos, cascas, cipós, folhas, flores, frutos, sementes, exsudatos e fibras.

De acordo com relatos de membros da comunidade, na Chácara do Buriti, como o próprio nome sugere, são encontradas diversas espécies nativas de plantas, incluindo as medicinais.

Quanto à exploração da madeira, o Art 5º da INC n. 17/09 dispõe, ainda, que “o manejo extrativista sustentável orgânico das espécies para obtenção de produtos não-madeireiros pode ser combinado, na mesma área, com a exploração legal da madeira, desde que haja compatibilidade entre as distintas práticas ambientais”.

Desse modo, uma alternativa igualmente viável à diversificação de produção e fonte de renda para as famílias quilombolas são os Sistemas Agroflorestais - SAFs, que consistem em “formas e uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, em uma mesma área, de maneira simultânea ou em uma sequência temporal” (REBRAAF, 1996, citado por COSTA, 2003, p. 114).

Os quintais agroecológicos do Sistema PAIS devem contemplar uma disposição harmônica dos elementos cultivados com os recursos naturais. A introdução de pelo menos uma espécie florestal arbórea ou arbustiva, combinada com as demais espécies agrícolas e/ou animais nesses quintais, fornece ao produtor recursos aproveitáveis na propriedade, além de servir na manutenção da fertilidade dos solos (COSTA, 2003).

Adequado para a pequena produção familiar, os SAFs servem de cobertura vegetal, pois adubam naturalmente a terra, reduzindo a utilização de insumos externos e, com isso, os custos inerentes ao plantio. Ao mesmo tempo, a escolha, a qualidade e a variedade das espécies plantadas favorecem a geração de renda. “Ocasionalmente, se vende algum excedente de produção” (IBIDEM, p. 121).

A partir da observação dos fatores endógenos e exógenos de potencialidades para o desenvolvimento local, constatou-se que as perspectivas futuras para os habitantes da Chácara do Buriti são promissoras, conforme demonstrado na figura 8.

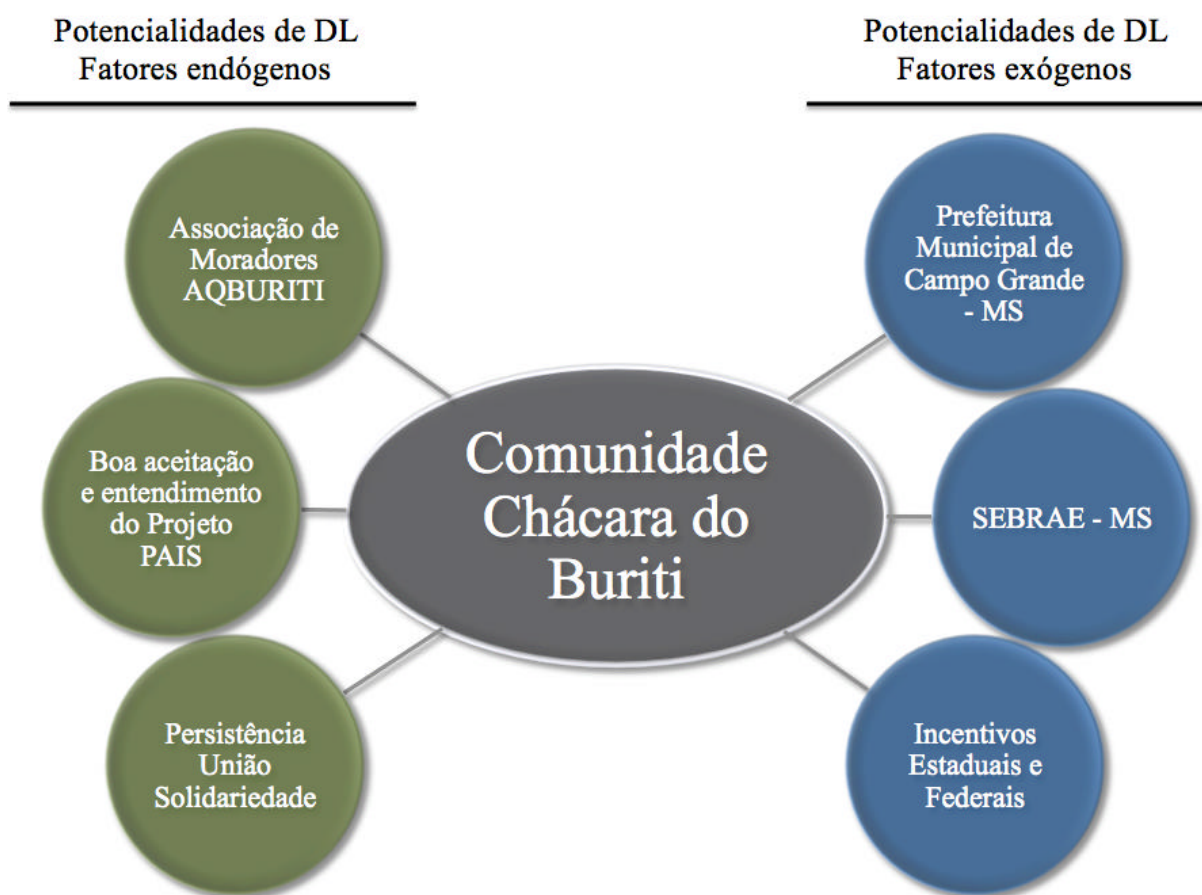


Figura 8 - Potencialidades de desenvolvimento local na Comunidade Chácara do Buriti (2010).

Não obstante existirem algumas barreiras culturais e algumas dificuldades a serem enfrentadas, especialmente no que se refere às questões de produtividade e de planejamento, a comunidade demonstra estar caminhando, a sua maneira e a seu tempo, em direção à convergência de fatores que a capacitam como gestora do seu próprio desenvolvimento.

ASSUNTOS ABORDADOS				PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL		
O quê	Quem atua	Visão dos moradores	Expectativa	Contribuição para a melhoria da qualidade de vida	Fatores que impedem o DL	Potencialidades de DL
Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS	Técnicos da SEDESC	Eficiente, porém ações insuficientes	Certificar a comunidade como produtora de orgânicos	Assistência técnica constante; Viabilidade de comercialização	Fatores culturais; Dependência excessiva das ações do poder público	Cooperativa ORGANOCOOP
SEBRAE-MS	Consultores do SEBRAE	Eficiente, porém ações insuficientes	Certificar a propriedade como produtora de orgânicos	Monitoramento; Capacitações; Financiamento das certificações	Dependência excessiva das ações do poder público	Cooperativa ORGANOCOOP
Associação de Moradores AQBURITI	Comunidade da Chácara do Buriti	Pouco atendida em suas demandas	Conseguir todos os benefícios pleiteados	Primeira formação social da comunidade	Dependência de ações externas; Falta de planejamento	Processamento de produção; Persistência; União; Solidariedade

Quadro 1 - Implicações das atuações dos atores endógenos e exógenos da comunidade quilombola Chácara do Buriti (2010).

Sem negligenciar a importância dos incentivos externos prestados aos quilombolas, que incluem a transferência de informação e conhecimento, essenciais para o aumento da produtividade (CRAWFORD, 1994), o fundamental para a comunidade é o investimento no capital humano, aqui entendido à luz do desenvolvimento local, ou seja, como a busca pelo bem-estar e a liberdade para fazerem as suas próprias escolhas (SEN, 2000).

Sendo a persistência uma qualidade marcante do grupo, quando perguntado se pretendiam continuar produzindo orgânicos, a resposta dos representantes dos Projetos PAIS na comunidade Chácara do Buriti foi 100% positiva.

Portanto, há possibilidades de avançar. As perspectivas futuras são boas, se os aspectos da gestão da produção forem superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de trezentos anos de escravidão e outros tantos de segregação que permanecem, ressalvadas as devidas proporções, até os dias atuais, o estilo de ser dos negros no Brasil foi marcado de maneira indelével.

Assim, as condições adversas pelas quais o povo negro passou, os fizeram criar mecanismos de resistência, sendo a conservação da tradição e o uso da memória coletiva, transmitida oralmente, duas das práticas utilizadas para garantir a sobrevivência e a valorização de suas raízes histórico-culturais.

Nesse sentido, ao se estudar as comunidades tradicionais, a contextualização histórica é de fundamental importância para a compreensão das escolhas e dos caminhos percorridos por cada grupo. As crenças, os valores e as técnicas praticadas, somadas às narrativas compartilhadas, unem a comunidade em laços afetivos que contribuem para a formação do sentimento de pertença, indissociável da cultura, do território e da territorialidade estabelecida no local vivido.

Ao se estudar a comunidade de ex-escravos, descobriu-se que diversas situações levaram a uma significativa redução das áreas da Chácara do Buriti e impulsionaram o êxodo rural de algumas famílias. O quadro de fragmentação e expropriação dos territórios da comunidade, porém, começou a ser revertido a partir da Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a legitimidade fundiária dos remanescentes de quilombos, por meio da concessão legal das terras que ocupam.

Todavia, o retorno dessas famílias ao seu território de origem se deu, efetivamente, vinte anos depois da Constituição Federal, motivado pela expectativa de trabalho com hortas orgânicas, viabilizada pela implantação da Tecnologia Social PAIS na Chácara do Buriti.

Em um momento de preocupação mundial com a demanda e a qualidade dos alimentos ingeridos, a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS apresenta-se como uma alternativa para a agricultura familiar, sendo ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa.

A primeira conclusão que se pode chegar ao encerrar esse trabalho é a de que a segurança alimentar, objetivo principal do PAIS, tem sido satisfatoriamente alcançada, à medida que houve uma melhora na base alimentar das próprias famílias quilombolas.

No que se refere à viabilidade econômica e viabilidades para o desenvolvimento local, observou-se um promissor mercado consumidor, pouco explorado, de produtos orgânicos, mas que ainda não atrai a maioria dos quilombolas, sendo a falta de planejamento uma barreira incontornável para a eficaz produção, produtividade e venda das mercadorias.

Assim, as perspectivas futuras para os habitantes da Chácara do Buriti são promissoras. A comunidade apresenta potencialidades para o desenvolvimento local, evidenciadas pela persistência de suas atitudes, conservação de certas práticas culturais e a união do grupo. Mas, por outro lado, os anos em que viveram à margem dos benefícios conferidos às sociedades em geral, contribuíram, entre outras coisas, para os baixos níveis de escolaridade, causando-lhes uma dependência de atores externos e certa demonstração de desconfiança e resistência ao novo.

O PAIS, ao estabelecer regras rígidas, acaba por restringir as opções dos quilombolas a um modelo exclusivo de produção e comercialização dos orgânicos. A liberdade, em amplo sentido, é o anseio mais vivo da comunidade, tratando-se de um quesito quase inegociável. Daí a necessidade de flexibilizar alguns pontos do Projeto para que este se adapte às condições dos quilombolas, e não o contrário, dando-lhes, assim, condições de exercer a liberdade de maneira diferente.

Vale ressaltar que o desenvolvimento local apenas ocorre, verdadeiramente, se além dos fatores impulsionadores externos, houver o efetivo interesse e disposição da própria comunidade em sua busca. Deve-se somar a isso o desejo de explorar as suas potencialidades coletivamente e a capacidade de saber aproveitar os atrativos vindos de fora na medida certa.

O desenvolvimento local, que transforma de maneira coletiva o ser humano em sujeito do seu próprio desenvolvimento, é a força motriz que conduz o homem e a comunidade para o despertar de suas capacidades, redirecionando os seus próprios destinos.

Enfim, o desenvolvimento local consiste em fazer dos indivíduos e das comunidades os verdadeiros sujeitos, gestores e beneficiários do desenvolvimento, sempre na busca de uma boa qualidade de vida para todos.

Recomenda-se a realização de um estudo de mercado voltado aos interesses e às demandas dos consumidores, bem como maior incentivo às capacitações de planejamento de produção e custos à comunidade quilombola Chácara do Buriti.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sevério (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos organizadores*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento comunitário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

AUDI, Patrícia. A gestão pública e o desenvolvimento sustentável no Brasil. **Revista Res Pública**, v. 8, n. 1, p. 5-9, Jan/Jun, 2009. Disponível em: <http://www.anesp.org.br/userfiles/file/respblica/respblica_8_1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2011.

ÁVILA, Vicente Fideles. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos / Coordenação e responsabilidade técnica*. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001. 100p.

_____. *Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p. 63-76, set., 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BENKO, George. *A recomposição dos espaços*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 1 n. 2, p. 7-12, março, 2001.

BRAVO, Luiz. *Trabalhando com a comunidade*. Manual de Operacionalização de Desenvolvimento de Comunidade. 3.ed. s/l: Anaconda Cultural Edições, s/d. 140p.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, 21 nov. 2003.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa n. 57, de 20 out. 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de

2003. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 21 out. 2009, Seção 1, p. 52 a 54.

_____. Decreto Legislativo n. 143, de 2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 21 jun. 2002.

_____. Decreto Legislativo n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 20 abr. 2004.

_____. Lei Federal n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 24 dez. 2003.

_____. Decreto nº. 7.048 de 23 de dezembro de 2009. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 24 dez. 2009.

_____. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 28 dez. 2007.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 19, de 28 de maio de 2009. Estabelece os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica a serem seguidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos, ou que sejam responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 29 mai. 2009.

_____. Lei Federal n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 17 jun. 2009.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Conjunta n. 17, de 28 de maio de 2009. estabelece as normas referentes ao regulamento técnico para o extrativismo sustentável orgânico, que consiste em permitir que produtos do extrativismo e do agroextrativismo sejam certificados como orgânicos. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 29 mai. 2009.

BUBER, Martin, *Sobre comunidade*. Seleção e introdução de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 2008. 136 p.

CACCIARI, Massimo; MARTINI, Carlo Maria. *Diálogo sobre a solidariedade*. Bauru: EDUSC, 2003. 98 p.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; SANTOS, Roselí Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio;

SPOSITOI, Eliseu Sevério (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos organizadores*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

CLAXTON, Mervyn. *Cultura y Desarrollo*. Estudio. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070s.pdf>>. Acesso em: 7 abr., 2009.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa comunidade global*. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

COSTA, Reginaldo Brito da. Sistemas Agoflorestais (SAFs): alternativas de produção sustentável para a agricultura familiar. In: Medson Janer da Silva. (Org.). *Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar*. 1 ed. Campo Grande, MS: Editora UCDB, 2003, v. Único, p. 7-267.

CRAWFORD Richard. *Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento*. São Paulo: Atlas, 1994.

DENCKER, Ada de Freitas. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DINIZ, Eli. *Governabilidade, democracia e reforma do estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos Anos 90*. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social - tecnologia, globalização e governabilidade*. Petrópolis: Vozes, v. I, 2002.

DURKHEIM, Émili. *Da divisão do trabalho social*. Tradução Eduardo Brandão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL** n. 69, Dic., p. 103-118, 1999.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p.51-62, set. 2000.

FIORI, José Luís. *A governabilidade democrática na nova ordem econômica*. IPEA/USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fiorigovernabilidade.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FRANCO, Augusto de. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

_____. *Pobreza & desenvolvimento local = Pobreza & desarrollo local*. Tradução de Maria Mercedes Quihilaborda Mourão, Susie Casement Moreira. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002. 336 p.

FREIRE, Isa Maria. *Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local*. Ciência da Informação, v. 35, p. 58-67, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2009.

FUKUYAMA, Francis. FUKUYAMA, F. Trust. *The social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press Paperbacks. New York, 1995.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Coletânea sobre as comunidades negras rurais quilombolas de Mato Grosso do Sul. Fundação Nacional de Saúde. Campo Grande: Funasa, 2009.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **Anais...** XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2010.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITOI, Eliseu Sevério (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos organizadores*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório técnico de identificação e delimitação*. Campo Grande: INCRA, 2007.

_____. Informativo INCRA Sede Ano III Nº 59, 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/porta>>. Acesso em 28 dez 2010.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p.13-20, set 2000.

_____. *Desenvolvimento territorial no atual mundo em rede*. Texto utilizado em aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB, no primeiro semestre de 2009.

_____. *Esquemas de percepção e saberes na cultura da humanidade*. Texto utilizado em sala de aula - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (texto 12).

LODI, Odete F. *O binômio capital humano - capital social*. Palestra proferida durante o II Seminário do Centro de Ciências Aplicadas em Cascavel. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/minicursos/Minicurso%203%202.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Campo Grande: UCDB, 2006.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.

MARTINI, Carlo Maria; CACCIARI, Massimo. *Diálogo sobre a solidariedade*. Bauru: EDUSC, 2003. 98 p. (Coleção Humus).

MARTINS, Etevão C. de Rezende. *Cultura e poder*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1. 152p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 17 jul. 2010.

PAIS. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. *Mais alimento, trabalho e renda no campo*. Saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente. 3.ed. Brasília: Sebrae, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

PALACIOS, Marcos. *Cotidiano e sociabilidade no cyberspaço*: apontamentos para Discussão. 1998. Disponível em: <<http://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório sobre o Desenvolvimento humano*, 1992 e 1993.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. *Geografia do homem* (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. (Orgs). *Governança sem governo*: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 431p.

SANTOS, Boventura de Souza. *As tensões da modernidade*. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporâneo - UFRJ. 2005. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/pacc/z/ensaio/boaventura.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, governança e democracia*: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. Dados [online]. 1997, v. 40, n.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo:

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Território e sociedade* - entrevista. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SCHULTZ Theodore W. *O capital humano* - investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores Rio de Janeiro, 1973.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. *Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso*. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 2, n. 3, p. 9-26, janeiro/junho, 2004.

SINGER, Paul Singer. *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Ministério do Trabalho e emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária Brasília, maio, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.

SOUZA Marcelo Lopes de. *Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental*. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sevério (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos organizadores*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA (Org.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. Humanistic Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 66, n. 2, p. 266-276, jun. 1976.

_____. *Topofilia* - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VALLE, Edênio. *Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa*. **REVER** - Revista de Estudos da Religião, n. 2, p. 51-73, 2002. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv2_2002/p_valle.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2010.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

WORLD BANK. *Governance and development*. Washington, D.C.: World Bank Publication, 1992.

Sites consultados:

ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - AAO. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/historia.asp>>. Acesso em: 24 dez. 2010.

BIOTECNOLOGIA APLICADA À AGRICULTURA - ECOBIOTECH. Disponível em: <http://www.ecobiotech.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=12>. Acesso em: 24 dez. 2010.

INSTITUTO BIO-DINÂMICO - IBD. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/Default.aspx>>. Acesso em: 24 dez. 2010

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/composto.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Diagnóstico sócio-ambiental dirigido aos parceiros
(aqueles que auxiliam na produção e/ou distribuição)

Nome: _____

Formação: _____

Município: _____

Função que exerce no município: _____

Ação que exerce no Projeto de Orgânicos: _____

Tempo de atuação nessa função: _____

1) Como e quando começou o Projeto de Orgânicos em Mato Grosso do Sul?
2) Qual o papel da Prefeitura no Projeto PAIS?
3) Como são selecionadas as famílias para o Projeto?
4) Atualmente, quantas famílias são beneficiadas pelo Projeto em Campo Grande?
5) Quais as principais mudanças provocadas por este empreendimento no município desde a sua implantação?
6) Cite os aspectos positivos do empreendimento.
7) Cite os aspectos negativos do empreendimento.

8) Existe a previsão de expansão do número dos beneficiados com esta atividade?	
9) Descreva a situação da comunidade quilombola Chácara Buriti antes do Projeto.	
10) Como avalia o empreendimento no quilombola, atualmente, considerando os aspectos:	
Econômico	
Social (emprego e renda)	
Infra-estrutura	
Cultural	
11) Quais as maiores conquistas, especificamente do quilombola?	
12) Quais os maiores desafios, especificamente do quilombola?	
13) Além da Feira do Rádio Clube, quais outras opções de venda para os produtores por intermédio da Prefeitura?	
14) A Prefeitura pretende, em algum momento, suspender o apoio para que os produtores caminhem sozinhos? Em caso afirmativo, em quanto tempo?	
15) O Projeto prevê a educação ambiental aos produtores?	
() Sim () Não	
16) Em caso afirmativo, especificamente, poderia citar algum programa de educação ambiental já aplicado à comunidade?	

17) Quais são as expectativas futuras?
18) Deseja expressar outras informações?

DADOS DA PESSOA ENTREVISTADA	
Nome:	
Cargo:	
Telefone:	
E- mail:	

<p>Termo de autorização:</p> <p>Assino e concordo com a publicação dos resultados acima citados, e inclusive com a reprodução de fotos tiradas no ato dessa entrevista.</p>	<p>_____, ____/____/2010</p> <p>Local e data</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do entrevistado</p>
--	--

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos produtores da comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande/MS

Data: ____/____/____

Local de coleta: _____

Nº do questionário: _____

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Mora: () Local onde produz orgânico () Outro local

4. Quantas pessoas vivem em sua casa? _____

5. Quantas pessoas, de acordo com a idade, lá residem (incluindo você)?

Idade	Número de Indivíduos
Até 13 anos	
De 14 a 18 anos	
De 19 a 69 anos	
Mais de 70 anos	

6. Grau de instrução:

- () Não alfabetizado
- () Ensino Fundamental
- () 1ª a 4ª série - Ensino Fundamental
- () 5ª a 8ª série - Ensino Fundamental
- () Ensino Médio
- () Superior incompleto
- () Superior completo

7. Renda familiar: (Salário mínimo: R\$510,00)

- () Até 1 salário mínimo
- () De 1 a 2 salários mínimo
- () De 2 a 3 salários mínimo
- () De 3 a 10 salário mínimo
- () > 10 salários mínimo

8. Quando começou a produzir orgânico (mês e ano)? _____

9. Qual o motivo de produzir orgânico? _____

10. Qual era a atividade realizada antes de produzir orgânico? _____

11. Qual a sua atividade atual? _____

12. Está empregado no momento?

- ☐ Sim, estudo e trabalho com carteira assinada
- ☐ Sim, estudo e trabalho sem carteira assinada
- ☐ Sim, trabalho e tenho carteira assinada
- ☐ Sim, só trabalho e não tenho carteira assinada
- ☐ Não, trabalho apenas na produção de orgânicos

13. Área plantada _____

14. Produtos cultivados _____

15. Quantidade produzida: _____

16. Quantas pessoas da sua casa trabalham com a produção de orgânicos? _____

- ☐ O casal
- ☐ Toda a família
- ☐ Apenas a mulher
- ☐ Apenas o homem
- ☐ Apenas os filhos
- ☐ Outros. Especificar: _____

17. Que apoio técnico recebe? (instituições envolvidas públicas e privadas)

18. Sem a ajuda das Instituições, a produção dos orgânicos ficaria:

- ☐ Impossível
- ☐ Muito Difícil
- ☐ Um pouco difícil, mas já seria capaz de produzir sozinho
- ☐ Fácil, já me sinto capaz de produzir sozinho

19. Crédito/financiamento: ☐ Sim ☐ Não

20. Programas públicos de incentivo: _____

21. Valor em R\$ mensal dos produtos vendidos: R\$ _____

22. Custo em R\$ mensal da produção: R\$ _____

23. O valor obtido com a venda dos orgânicos é suficiente?

- ☐ Sim ☐ Não

24. Gostaria de poder viver apenas da produção de orgânico?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Vivo só da produção de orgânicos

25. Local de venda dos produtos: _____

26. Quais são as expectativas? (oportunidades, projetos, novos pontos de venda)

27. Como é a convivência na sua comunidade?

- ☐ Ótima. Em geral os que aqui vivem se respeitam, se ajudam e são considerados amigos
☐ Boa. Em geral as pessoas se respeitam e poucos se ajudam.
☐ Regular. Em geral as pessoas se respeitam.
☐ Ruim. As pessoas não se entendem e não se ajudam.
☐ Péssima. Há um clima tenso entre os moradores que não se respeitam e brigam sempre
☐ Indiferente. Não há brigas, mas não há convívio e cada um produz sozinho.

28. Quais as maiores dificuldades?

29. Como estão sendo enfrentadas as dificuldades?

30. Você sabe o que é degradação ambiental?

- ☐ Sim ☐ Não

31. Em sua opinião quais destas informações estão ligadas a degradação ambiental (até três respostas)

- ☐ Falta de água ☐ Animais mortos
☐ Falta de energia ☐ Derrubada de mata
☐ Estradas intransitáveis ☐ Desertificação
☐ Barulho ☐ Água/rios contaminados

32. Em sua opinião a conservação e preservação ambiental são importantes?

- ☐ Sim ☐ Não

34. Pretende continuar produzindo orgânico?

- ☐ Sim ☐ Não

35. Deseja expressar outras informações?

Muito obrigada por sua colaboração